

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

ARAÚJO, Alberto Oswaldo Continentino De. *Alberto Oswaldo Continentino de Araújo (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS, 1999. 46 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CPDOC/FGV e FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**ALBERTO OSVALDO CONTINENTINO DE
ARAÚJO
(depoimento, 1997)**

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Maria Antonieta Parahyba Leopoldi; Teresa Cristina Novaes Marques

levantamento de dados: Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

pesquisa e elaboração do roteiro: Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

sumário: Claudia Peçanha da Trindade; Teresa Cristina Novaes Marques

conferência da transcrição: Leda Maria Marques Soares; Teresa Cristina Novaes Marques

copidesque: Leda Maria Marques Soares

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 08/01/1997 a 22/01/1997

duração: 1h 50min

fitas cassete: 02

páginas: 46

Entrevista realizada no contexto do projeto "A Atividade de Seguros no Brasil", desenvolvido entre 1996 e 1998, na vigência do convênio entre o CPDOC-FGV e a Funenseg. O projeto resultou no livro "Entre a solidariedade e o risco: história do seguro privado no Brasil".

temas: Alberto Oswaldo Continentino de Araújo, Banco do Brasil, Companhias de Seguro, Constituição Federal (1988), Instituto de Resseguros do Brasil, Mercosul, Partido Trabalhista Brasileiro, Previdência Privada, Seguros

Sumário

1ª Entrevista: 08/01/1997

Início profissional em seguros, a influência do pai, José Osvaldo de Araújo, prefeito de Belo Horizonte durante o período Benedito Valadares; as ligações familiares com a elite mineira; o papel de bancos mineiros na criação da Companhia Minas-Brasil de Seguros, em 1939; as principais carteiras da Minas-Brasil: acidentes do trabalho, vida e incêndio; o papel dos seguros de automóveis, o Dpvat, no reequilíbrio do mercado pós-estatização dos acidentes do trabalho; o impacto da estatização sobre as seguradoras.

As atuais carteiras da Minas-Brasil: previdência privada, responsabilidade civil, vida, ramos elementares; a associação entre a companhia e os bancos: com o Banco Rural; o domínio de seguros urbanos e a ausência de coberturas agrícolas; participação do depoente no Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), entre 1979 e 1985; sua eleição para o CNSP, na gestão de Jorge Hilário Gouvêa Vieira na presidência do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); a atuação na vida sindical; feitos importantes na presidência do Sindicato das Seguradoras de Minas Gerais: profissionalização, instituição de cursos de seguros, tentativa de criação de um instituto de seguros em Minas; contatos com o meio segurador e ressegurador internacional.

A composição do CNSP durante o seu período como conselheiro; a relação entre o CNSP e o Banco Central; o papel do CNSP na regulamentação da previdência privada; o papel do ministro Ernâni Galvêas na atuação do CNSP; a saída do ministro Ângelo Calmon de Sá e a transferência, subsequente dos seguros para o Ministério da Fazenda.

O Sindicato das Seguradoras de Minas Gerais; a tentativa de criação de um instituto de seguros em Minas, quando presidente no sindicato; a retomada do projeto na atualidade; a tentativa frustrada de criação de uma cadeira de seguros na PUC-MG; feitos marcantes em sua gestão como presidente do sindicato: divulgação do seguro, promoção do diálogo no âmbito do sindicato; a presença de seguradoras de outras praças no sindicato de Minas; as três seguradoras mineiras: Minas-Brasil, Rural e Bemge; avaliação das associações entre seguradoras e bancos: a posição de subordinação das primeiras aos bancos; a boa convivência sindical entre seguradoras independentes e as ligadas a bancos; o desentendimento entre as independentes e as associadas a bancos nos anos 80; o papel de Celso da Rocha Miranda no movimento das seguradoras independentes em favor da preservação do seu espaço no mercado; a participação das independentes da Fenaseg; a associação informal das independentes e seus líderes: as companhias Indiana, Paulista e Porto Seguro; a participação das empresas estrangeiras na federação; avaliação das tendências atuais do mercado: o movimento de associações com empresas estrangeiras, a privatização dos seguros de acidentes do trabalho; as dificuldades na privatização desses seguros: a posição das centrais sindicais.

A participação de Carlos Luz na criação da Fenaseg; a posição do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) quanto à estatização dos seguros de acidentes do trabalho; o contato do entrevistado com a federação através de sua atuação no sindicato mineiro: primeiro como diretor e, em 1975, como presidente; avaliação da atuação da Fenaseg desde 1975.

2ª Entrevista: 22/01/1997

Início de participação na direção da Fenaseg em 1975; a importância da gestão de Carlos Frederico Lopes da Motta; as tentativas de criação de um instituto de seguros, em Minas Gerais, e de um curso de pós-graduação em direito do seguro, na PUC-RJ; a carência de quadros técnicos superiores no mercado.

A regulação do seguro inibindo a iniciativa privada; a desregulação gradual da atividade desde 1970; a relação entre o IRB e a Susep em diversos momentos; a participação no Conselho Nacional de Seguros Privados e Capitalização, e a discussão sobre a regulação da previdência privada aberta e fechada; o surgimento de novas seguradoras no início dos anos 80; a contração do mercado segurador por força da política de fusões e incorporações da década de 70; o surgimento da MinasPrevi e as dificuldades de operação devidas aos sucessivos planos econômicos heterodoxos; explicação para o crescimento da Minas-Brasil no ranking do

mercado segurador nos anos 90: a renovação no modelo de gestão da empresa; a associação da InvestPrevi, ex-MinasPrevi, com o Banco do Brasil; o avanço do Banco do Brasil sobre o mercado de seguros em diversas áreas, associando-se com empresas do setor.

A articulação dos interesses dos seguradores junto à Assembléia Nacional Constituinte de 1988; a dificuldade de diálogo com os parlamentares; comentário sobre o capítulo do Sistema Financeiro Nacional e as dificuldades para alterar o texto atual sem atingir os demais participantes do sistema, sobretudo os bancos; a elaboração da regulação do artigo 192 da Constituição e a ação dos corretores, da burocracia do IRB e dos seguradores; sua concepção de como deveria ser o texto da lei de regulamentação: contendo apenas os elementos estruturais; de como surgiu a redação do artigo 192, à revelia dos seguradores; a intensa mobilização dos corretores junto ao Congresso Nacional.

De como convivem os corretores e seguradores em Minas Gerais; novas tendências no mercado: novos produtos, melhor qualidade de serviços, agilidade na prestação de serviços, as associações entre grandes e pequenas seguradores para operarem conjuntamente; avaliação sobre o mercado atual: que padrão de comportamento tem maior chance de sucesso na concorrência.

3a Entrevista: 11/06/1997

Atuação como conselheiro suplente do CNSP; implementação da previdência privada e legislação de 1977; os montepios; criação da previdência privada na Minas-Brasil: MinasPrev e transformação desta em InvestPrev; crescimento da previdência privada em Minas Gerais; saída do entrevistado do CNSP em 1985; poder de atuação e papel do CNSP, IRB e Susep; o IRB no exterior; atuação de José Lopes de Oliveira no CNSP; atuação do entrevistado na vice-presidência da Fenaseg; participação na regulamentação do mercado segurador junto ao Congresso Nacional (1988-1995); criação do escritório da Fenaseg em Brasília; os deputados que entendiam de seguro.

A discussão na Constituinte sobre a abertura ou não para o mercado externo segurador; o artigo 192; a posição do país em relação à Constituinte; o papel do escritório da Fenaseg em Brasília; o Mercosul; os projetos na Câmara e no Senado sobre o mercado segurador; a Fenaseg; a entrada de estrangeiros no mercado segurador; a área de acidentes de trabalho; estrutura da Minas-Brasil.

1ª Entrevista: 08.01.1997

A.L. - Dr. Alberto, poderia nos contar a sua trajetória até chegar à Minas-Brasil?

A.C. - Eu comecei em seguro praticamente quando fundaram a Minas- Brasil. A Minas-Brasil foi fundada por um grupo de industriais e empresários mineiros, banqueiros principalmente, que queriam que Minas tivesse uma grande companhia de seguros. Isso foi por volta de 1938. Eu era garotinho, mas acompanhava meu pai – ele ia para as reuniões e eu ia buscá-lo. De maneira que, naquela ocasião, já comecei a tomar contato com o que é uma companhia de seguros. Mas só entrei, só comecei a fazer parte da companhia quando tinha 33 anos.

Comecei minha vida como engenheiro. Nesse período de engenharia, eu trabalhei em várias obras importantes, inclusive fui um dos pioneiros na construção de Brasília. Cheguei em Brasília com uma turma ainda para construir o Catetinho, de maneira que tive uma trajetória grande na área de engenharia também. Tinha duas firmas empreiteiras, quando minha família achou que eu devia entrar na Minas-Brasil. Nessa ocasião, o dr. Carlos Luz, que era um dos fundadores, havia falecido, e tinha uma vaga de vice-presidente. Fui avisado praticamente no dia da assembléia, e a assembléia me elegeu à noite, de maneira que eu não estava ainda preparado. Foi uma surpresa. E eu tive que entrar na área de seguros.

A.L. - Qual o nome do seu pai?

A.C. - José Osvaldo de Araújo.

A.L. - O senhor mencionou, anteriormente, que ele tinha ligações familiares com a família Magalhães Pinto.

A.C. - Era tio do Magalhães, irmão da mãe do Magalhães.

A.L. - E que também foi prefeito de Belo Horizonte durante o período Valadares.

A.C. - Foi prefeito de Belo Horizonte. Era professor, poeta, era da Academia Mineira de Letras. No meio desse grupo de empresários que fez a Minas-Brasil, tinha o coronel Benjamim Guimarães, o Antônio Moura Guimarães, que era do Banco de Minas Gerais, o major João Pereira, do Banco de Itajubá, o dr. Sebastião de Lima, avô do Paulo de Tarso Flexa de Lima, que era do Banco de Comércio e Indústria, o dr. Cristiano Teixeira Guimarães, presidente do Banco de Comércio e Indústria e presidente da Belgo-Mineira, o dr. Carlos Luz, que foi presidente da República, o Magalhães Pinto, o dr. Sandoval de Azevedo, do Banco de Crédito Real, e meu pai, que era do Banco Minas Gerais – nessa ocasião, era prefeito de Belo Horizonte.

A.L. - Ou seja, a maior parte dos que formaram a companhia estava ligada ao setor bancário?

A.C. - Sim, a maior parte. Os bancos mineiros estavam quase todos na fundação da companhia. E teve uma coisa muito interessante: quando fundaram a companhia, eles queriam fazer uma companhia de capital democratizado. Então, na fundação, o capital era de 10 mil contos, e ninguém podia ter mais de 400 contos de ação. Era o máximo que se podia ter na época. Então, fizeram uma companhia de capital democratizado. O

ideal deles era que os mais capazes administrassem a companhia e que ela não fosse de ninguém, de nenhum deles, em especial.

Isso durou um determinado período. Mas, depois, outras pessoas, vendo que a companhia estava crescendo e que o capital estava muito diluído, que era muito fácil ter 1%, 2%, para ser o maior acionista lá dentro, começaram a comprar. Por outro lado, também, quando viram que tinha um banqueiro que estava comprando para ficar dono da companhia, meu pai, o Magalhães Pinto e o dr. Ageu Pires Sobrinho passaram a comprar. Então, eles foram crescendo, crescendo, até que, no final, cada um deles tinha 16% do capital da companhia.

A.L. - O momento de criação da companhia foi entre a legislação que criou o seguro de acidentes de trabalho e a criação do IRB, no final da década de 30?

A.C. - Foi mais ou menos perto da criação do IRB. O seguro de acidentes do trabalho era a carteira mais importante, na época, e a Minas-Brasil cresceu muito na carteira de acidentes do trabalho, teve uma capilaridade muito grande. Ela entrou por todo o interior de Minas, do Rio, de São Paulo, principalmente nesses estados, mas no Rio Grande do Sul também, muito, no Paraná, em outros estados e ainda no Nordeste. Inclusive também fazíamos seguro de acidente do trabalho nos engenhos de açúcar, com aquele pessoal todo do Nordeste.

A.L. - Também faziam incêndio, vida?

A.C. - Fazíamos também incêndio, vida, mas naquela época a carteira maior era acidente do trabalho. Quando o acidente do trabalho foi estatizado, a companhia tinha um plano de 60% da sua produção em acidente do trabalho. Isso foi um grande baque para nós, na ocasião, mas foi criado o seguro Recovat – Responsabilidade Civil Obrigatória de Veículos Automotores Terrestres – e essa carteira deu para equilibrar. Hoje, transformou-se no Dpvat, que está aí e é operado por um consórcio. Naquela ocasião, era o Recovat. O Recovat, no primeiro ano, foi uma carteira boa, que deu para equilibrar.

A.L. - Para salvar as empresas.

A.C. - Para salvar as empresas.

A.L. - E o senhor falou, na conversa anterior que tivemos, que havia 12 grandes empresas que trabalhavam...

A.C. - Havia 12 empresas que trabalhavam com acidentes do trabalho. Só 12. Foi por isso que as outras empresas que não tinham a carteira trabalharam a favor da estatização do acidente do trabalho.

A.L. - Quer dizer, houve uma divisão dentro do próprio setor segurador.

A.C. - Houve uma divisão dentro do próprio setor segurador.

A.L. - E essas que trabalhavam com acidente do trabalho incluíam grandes, médias e pequenas empresas?

A.C. - Não. As que trabalhavam acidente do trabalho eram quase todas empresas de porte.

A.L. - E houve alguma que não resistiu?

A.C. - Com a estatização do acidente do trabalho, uma grande empresa de São Paulo, que passou muito apertada, acabou sendo vendida depois e saiu fora. Era até de seguradores importantes que havia no Brasil. Mas, no fim, o mercado, mesmo com essa perda do acidente do trabalho, se recuperou e tocou para a frente.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.L. - Nós falávamos do impacto do seguro de acidentes do trabalho, da passagem para o Estado e da saída das companhias.

A.C. - E do Recovat, que entrou nessa ocasião.

A.L. - Seria bom mencionar que, quando o seguro de acidentes do trabalho passou para o Estado, as companhias tiveram que arcar com os seguros já feitos.

A.C. - Ah, continuaram com os todos sinistros do período em que o seguro esteve com as companhias. Inclusive o seguro de acidentes do trabalho tem uma coisa muito interessante, porque se o sujeito tiver uma doença proveniente do trabalho e que tenha aparecido um ou dois anos depois, ele recolhe também o seguro. Então, é um seguro que custa a acabar. Levou muito anos para que acabasse toda a sinistralidade do acidente do trabalho.

A.L. - E a Minas-Brasil estava preparada para enfrentar essa perda, de um lado, e a continuação das demandas?

A.C. - A companhia era muito grande, muito forte, tinha uma equipe muito boa, e nós partimos para outros ramos. Tivemos um crescimento muito grande no ramo vida, que ainda hoje é a carteira principal da Minas-Brasil, mas crescemos também na carteira de incêndio e desenvolvemos as outras carteiras. Mas o acidente do trabalho, de modo geral, foi uma grande perda naquela ocasião.

A.L. - A Minas-Brasil trabalha também com capitalização?

A.C. - Não. Só com seguro e previdência. Em previdência, é sócia da BrasilPrevi e tem a InvestPrev, junto com o Bemge e com a Rural Seguradora.

A.L. - Previdência privada.

A.C. - BrasilPrevi, com o Banco do Brasil, e InvestiPrev, com a Rural Seguradora e com o Bemge.

A.L. - Isso é coisa mais recente, depois da legislação da previdência privada. Qual foi sendo a trajetória? Quer dizer, a Minas-Brasil surgiu com o seu forte concentrado em seguros de acidentes do trabalho. A partir de 1967, ela vai entrar em vida, mas...

A.C. - Ela já tinha uma carteira de vida, então, desenvolveu mais essa carteira.

A.L. - E responsabilidade civil, não?

A.C. - Também. Responsabilidade civil, vida, e a parte de ramos elementares nós trabalhamos também. Tanto na área de vida quanto de ramos elementares.

A.L. - E, mais recentemente, passaram a trabalhar com previdência privada. Isso associado...

A.C. - Mas a previdência privada, participando dessas companhias de previdência privada, não dentro da Minas-Brasil.

A.L. - São associações.

A.C. - São associações que temos.

A.L. - Essas associações são mais recentes ou já vinham sendo feitas?

A.C. - Primeiro, tínhamos a MinasPrev, que era uma companhia de previdência privada que fizemos logo que saiu a legislação da previdência privada. Mas acontece que, com a grande inflação que havia, não tínhamos nenhum interesse em trabalhar com uma carteira de previdência, porque cada plano de previdência que vinha era uma pancada em quem estava fazendo. De maneira que fizemos essa companhia, ficou pequenininha, não investimos muito nela, e depois a transformamos na InvestPrev. Fizemos sociedade com o Bemge – a Rural já participava da MinasPrev – e fizemos a InvestPrev.

A.L. - Essa Rural é uma companhia de seguros?

A.C. - É a Rural Seguradora, do Banco Rural. Também é participante nessa parte de previdência privada.

A.L. - A Rural Seguradora trabalha com seguros rurais ou se chama Rural por causa do Banco Rural?

A.C. - Não, é por causa do Banco Rural.

A.L. - Mas trabalha com seguros urbanos.

A.C. - Sim.

A.L. - Porque no Brasil não há seguros rurais, não é?

A.C. - Essa parte de seguro agrícola – eu falo até como agricultor, que sou também –, temos muita falta disso, do seguro agrícola. Mas seguro agrícola é uma coisa muito difícil, porque geralmente o sinistro só cobre por regiões inteiras. Por exemplo, se deu geada no Paraná, então, você pega o Paraná inteirinho.

A.L. - Ou uma enchente no norte fluminense, ou em Minas.

A.C. - Uma enchente, essas chuvas de agora, por exemplo, você pega uma região inteira. Então, tem uma sinistralidade muito grande de uma vez. Não quer dizer que o

seguro agrícola não deva ser feito. Teve uma ocasião, na Espanha, que havia uma carteira de seguro agrícola que era das mais adiantadas do mundo. Mas o governo entrou no meio e começou a dar concessões, mais isso, mais aquilo, e ela acabou.

Teresa Marques: No começo da Minas-Brasil chegou-se a fazer seguro de estoque de café e da comercialização de café?

A.C. - Que eu me lembre, não. Fizemos muito seguro dessas grandes siderúrgicas, estoque de carvão, essas coisas, nós fizemos.

A.L. - E muito acidente do trabalho em companhias de mineração?

A.C. - Na época do acidente do trabalho, tínhamos muito: tínhamos a Morro Velho, mineração, tínhamos a Belgo-Mineira, todas aquelas siderúrgicas eram nossas, na época.

A.L. - E depois as hidrelétricas.

A.C. - As hidrelétricas também.

Teresa Marques: Esses grandes clientes, vocês operavam na forma de co-seguro ou arcavam com a conta?

A.C. - Não, em acidente do trabalho não tinha co-seguro. Acidente de trabalho era individualizado.

A.L. - Bom, há alguma coisa a mais que o senhor queira falar na trajetória da Minas-Brasil? Porque o senhor falou em seguro de acidentes do trabalho, depois, vida, e estava falando em previdência privada.

A.C. - Eu fui do Conselho Nacional de Seguros por oito anos, exatamente na época em que aprovamos as normas da previdência privada. Saiu na ocasião em que eu estava no Conselho Nacional de Seguros.

A.L. - Quando o senhor entrou no Conselho? No seu currículo consta que o senhor ficou até 1985, mas quando entrou?

A.C. - É fácil ver. Eu entrei quando o seguro ainda pertencia ao Ministério da Indústria e Comércio, no tempo em que o Ângelo Calmon de Sá era ministro. Foi no governo do...

A.L. - ...Geisel, não?

A.C. - Não, do Médici. O Ângelo Calmon foi ministro do Médici. Quando o Geisel entrou... Eu estive no Conselho todo o período Geisel. Não, não! Foi no Geisel, mesmo.

Teresa Marques: Foi no Geisel. O Pratini era o ministro no Médici...

A.C. - Foi no Geisel que eu entrei. No governo todo do Figueiredo, eu fazia parte do Conselho Nacional de Seguros.

A.L. - Foi em 1979 que passou para a Fazenda.

A.C. - É, em 1979 eu já estava lá. Quer dizer, estava antes. Devo ter entrado em 1978, por aí.

A.L. - Quando saiu o Severo Gomes, provavelmente, e entrou o Ângelo Calmon de Sá.

A.C. - É, o Severo Gomes saiu e entrou o Ângelo. Foi quando o Ângelo entrou que eu fui para o Conselho.

A.L. - E ficou até 1985.

A.C. - Ele era do Ministério da Indústria e Comércio. Quando foi para o Ministério da Fazenda, o primeiro ministro foi o Rischbieter, já no governo do Figueiredo. E depois o Galvêas, que ficou até o final. Depois, entrou quem? Depois do Figueiredo, entrou o Sarney.

A.L. - Com o Dornelles.

A.C. - Foi na época do Sarney que eu saí do Conselho.

A.L. - Que também mudou. O Jorge Hilário foi para o IRB...

A.C. - Com o Jorge Hilário... Porque nessa ocasião acharam que deviam fazer uma eleição. E houve a eleição. O Victor Renault, que era o presidente da Federação, me avisou na véspera: “Olhe, Alberto, eu quero que você entre agora.” “Mas a eleição é amanhã...” “Você se vire.” Eu peguei o telefone, telefonei para 25 companhias, e tive 24 votos. Com a votação que tive, dava para entrar em primeiro lugar na lista tríplice. Aí o Jorge Hilário achou que eu, como presidente de sindicato, não devia fazer parte do Conselho, me tirou e botou outro no lugar.

A.L. - E aí se encerrou o seu período no Conselho. Nós íamos explorar um pouco mais essa sua atuação...

A.C. - ... Na área sindical. Eu peguei o sindicato... Hoje sou o mais antigo, estou no livro de recordes. Eu entrei para o sindicato em 1975, se não me engano, e estou no oitavo mandato de três anos.

A.L. - No dia 1º de fevereiro de 1975.

A.C. - Estou no oitavo mandato de três anos. Em 1998 termina esse meu período. São 24 anos.

A.L. - E o que o senhor destacaria como parte de seu trabalho à frente do sindicato?

A.C. - Ah, houve uma transformação. Para dizer com sinceridade, o seguro, quando eu comecei nessa parte política de seguro, era muito amadorístico ainda.

A.L. - Nos anos 50?

A.C. - Não, nessa época.

A.L. - Ah, já no sindicato, em 1975.

A.C. - No sindicato. Ainda era muito amadorístico. A Federação era muito mal preparada, não tinha praticamente nada aqui. O seguro sofreu uma evolução. O segurador, hoje, é muito mais profissional, a profissão exige dele um preparo muito maior do que o que ele tinha naquela época. De maneira que houve muita transformação. Naquele tempo, era tudo regulado. A desregulação começou com o Régis,¹ que deu uma grande abertura. Ele estava na Susep. No tempo do Régis e do Jorge Hilário,² houve uma abertura maior para as seguradoras.

A.L. - E mais responsabilidades.

A.C. - E mais responsabilidades. Deixaram inclusive que o segurador pudesse pôr sua criatividade para concorrer. Quer dizer, o *marketing* do seguro só apareceu com a desregulação. Antigamente, era tudo regulado. De que adiantava fazer *marketing*? Não adiantava fazer nada, era uma atividade inteiramente amarrada. Começou a desamarrar nessa ocasião, veio num crescendo, e a responsabilidade do segurador também foi aumentando, aumentando, aumentando. De maneira que nós passamos por transformações muito grandes nesse período em que eu estive no sindicato.

A.L. - O que o senhor destacaria? Primeiro, uma certa estruturação do sindicato. Se era amadorístico antes, provavelmente...

A.C. - A Federação, hoje, é bem equipada, tem pessoal, tem equipe técnica, já sabe o que está fazendo. Antigamente, não.

A.L. - E isso demanda mais ação do sindicato.

A.C. - Os sindicatos também... Eu me dediquei desde o início. Quando entrei no sindicato, a minha meta principal era divulgar mais o seguro e a cultura do seguro. Então, fiz um acordo com a Funenseg, naquela época, e começamos a fazer cursos de seguro lá. Não só cursos de corretores, para habilitação, mas também cursos técnicos. Fizemos muitos cursos técnicos. Uma das lutas que eu tive, e *quase* consegui, foi botar o seguro na universidade. Eu estive na Universidade Católica, com o pessoal da Funenseg, e íamos colocar uma cadeira de seguro em um curso de pós-graduação, direito de seguro, um curso importante, interessante. Quando estava tudo pronto, mudou a diretoria da universidade e voltou tudo atrás. Mas isso aí... Hoje, estamos fazendo o Instituto Mineiro de Seguros, continuamos nessa mesma luta.

A.L. - Que é uma espécie de Funenseg, em certo sentido?

A.C. - Não é bem isso. A Funenseg é uma das participantes. Tem o Sindicato das Seguradoras, das corretoras e a Funenseg, os três juntos.

A.L. - E a que visa esse instituto?

A.C. - Divulgar a cultura de seguro, fazer cursos de seguro, cursos de maior duração, quer dizer, cursos técnicos, para formar técnicos de seguro, porque vamos precisar disso. Precisar e muito.

¹ João Régis, superintendente da Susep entre 1985 e 1990.

² Jorge Hilário Gouvêa Vieira, presidente do Instituto de Resseguros do Brasil de 15 de março de 1985 a 10 de março de 1987.

A.L. - E vai também formar técnicos superiores, advogados, economistas, atuários?

A.C. - Mais tarde, a nossa intenção é essa. Inicialmente...

A.L. - ... Começa por técnicos de nível médio.

A.C. - Exato. Técnicos de nível médio e, mais tarde, chegar aos técnicos de nível superior. Essa parte de divulgação do seguro... Eu falo sempre que o seguro, às vezes, é muito mal interpretado, porque ninguém ama aquilo que não conhece. Se você não sabe o que é, não pode gostar ou desgostar. Então, é muito mais fácil vender o próprio seguro do que procurar aprender o seguro, ou ver o que é.

A.L. - E depois, não havia o *marketing* do seguro. Na medida em que há o *marketing*, as pessoas começam a saber que existe. Porque inclusive esse tipo de previdência privada, na época da inflação, tirou a credibilidade de muitas empresas e do seguro em geral. Pessoas que investiram nisso e que perderam completamente o seu capital...

A.C. - Quando houve o Plano Cruzado, quem tinha plano de previdência privada, a reserva que tinha foi dividida por dois, de cara. Quer dizer, estava pagando para receber tanto, e iria receber a metade. Depois, vieram os outros planos e foram acabando com aquilo. Foi uma coisa horrorosa! A inflação é a grande inimiga do seguro, é a grande inimiga.

A.L. - Quer dizer, o que de alguma forma sustentou as empresas de seguro durante o período inflacionário pré-1964 e depois da década de 70...

A.C. - ... Foi a correção monetária.

A.L. - Mas, antes da correção monetária, foi que o seguro de acidentes do trabalho não era alguma coisa que supunha um retorno de acordo, não é? O seguro de acidentes do trabalho, de alguma forma, se sustentou no meio inflacionário? Porque o vida não se sustentava.

A.C. - Mas quando o seguro de acidentes do trabalho foi estatizado ainda não existia inflação grande como houve depois. A inflação maior foi nos últimos períodos não é? Teve inflação de 40% ao mês.

A.L. - Na década de 80.

A.C. - Na década de 80 e mesmo na de 90. Foi pior ainda no princípio de 90. Foi uma coisa tremenda! Mesmo com correção monetária, isso dificultou muito o seguro. No momento em que houve uma estabilidade na economia, o seguro começou a aparecer, deu um pulo em relação ao PIB logo no início.

A.L. - Está crescendo. Enquanto o Plano Real favoreceu o setor de seguros, prejudicou o setor de bancos. Houve um comportamento inverso.

A.C. - Sob certo aspecto, sim.

A.L. - Cresceu a participação do setor de seguros no PIB e caiu a participação dos bancos.

A.C. - Mas eu acho que temos muita coisa a fazer em seguro no Brasil. Temos que modernizar. Acho que o IRB fechou a porta do Brasil para o resto do mundo na área de seguro. Em qualquer país do mundo, existe um relacionamento com os outros países. O que está acontecendo é que a atividade seguradora é uma atividade global. Você tem, inclusive, o resseguro em outros países. A grande vantagem do seguro é essa: tirar a responsabilidade de um e dividir para muitos. É o princípio do mutualismo. Isso diz respeito também a países. Por exemplo, o Brasil tem um colosso de indústrias. Se houver alguma calamidade que acabe com essas indústrias, o Brasil não vai tomar esse prejuízo todo. Por quê? Porque tem resseguro no exterior. Então esse exterior vai pagar uma parte disso.

A.L. - Assim como ele remete divisas brasileiras para fazer o resseguro.

A.C. - Sim, mas é a mesma coisa que eu pago para fazer o seguro da minha casa. Eu tiro dinheiro do meu bolso e ponho lá, mas na hora do sinistro, estou recebendo. É a parte do seguro. Então, eu acho o seguinte: o IRB fechou essa porta e o brasileiro não tinha contato com o exterior. Lembro-me bem a primeira vez que comecei a ter contato com seguro na Europa, por exemplo, tomei um susto! Não fazia idéia do que fosse.

A.L. - E quando foi isso?

A.C. - Foi em 1983, daí para a frente. Eu tive muito contato...

A.L. - A Minas-Brasil foi ao exterior?

A.C. - Não foi bem a Minas-Brasil, eu fui..

A.L. - O senhor foi conhecer?

A.C. - Comecei a conhecer seguradoras de lá. Eles me convidaram para tomar parte de várias coisas do exterior, então, comecei a frequentar mais o exterior e aprender muita coisa com eles.

A.L. - E foi aí que o senhor levou o susto.

A.C. - Foi aí que eu levei um susto.

A.L. - Porque não tinha o IRB.

A.C. - Porque aqui era muito amarrado. Era amarrado porque o IRB... Qual foi o papel do IRB? O contato que se tem com o exterior é na área de resseguro, a grande parte. Como o IRB fazia tudo, o segurador aqui nem sabia o que estava acontecendo.

A.L. - E, por outro, lado não era permitida a associação com estrangeiras, como acontece agora. Era um cordão de isolamento no setor de seguros.

A.C. - E o setor de seguros é um setor global. Então, ficava global no mundo inteiro, exceto no Brasil, Argentina, Chile, que aquela época tinha La Caja de Reaseguros, que depois foi vendida para a Mapfre. Era isso mais ou menos. De maneira que...

[FINAL DA FITA 1-A]

A.C. - ... eram três representantes da iniciativa privada: dois de seguradores e um de corretores. E o governo tinha do IRB, da Susep, do Ministério da Fazenda... O presidente era o ministro da Fazenda, e todos os ministérios participavam. Mas nós nunca tivemos problema maior, sempre levávamos o assunto, discutíamos com eles, e o que tinha que ser aprovado, era aprovado.

A.L. - Mas não havia resoluções do Banco Central que mexiam com o setor de seguros e que passavam ao largo do Conselho, nem entravam no Conselho?

A.C. - As resoluções do Banco Central, vinham do Conselho Monetário Nacional. Eu acho que, na época que estive no Conselho, ele foi bastante produtivo. Teve a regulamentação da previdência privada...

A.L. - Isso tudo passou pelo Conselho?

A.C. - Pelo Conselho Nacional de Seguros. Tínhamos as nossas reuniões, praticamente, mensais. Poucas vezes passava um mês em que não havia uma reunião. Nessa época, foi bastante produtivo. Depois disso...

A.L. - A frequência ao Conselho era alta?

A.C. - Era alta. O ministro Galvêas foi um ministro que nos prestigiou muito. Ele não ficava durante toda a reunião, mas sempre abria as reuniões e, no final, ia ver o que havia sido aprovado. Discutia com a gente, conversava com a gente. Eu peguei todo o período Galvêas no Ministério da Fazenda e acho que foi um período muito bom. Foi feita muita coisa naquela época.

A.L. - E o ministro Ângelo Calmon de Sá?

A.C. - O Ângelo foi um período pequeno, foi só o final de mandato. Quando mudou o governo, que saiu o Geisel e entrou o Figueiredo, o seguro já foi para o Ministério da Fazenda. No Ministério da Fazenda, o Rischbieter parece que foi a uma ou duas reuniões, só. Depois, ele saiu e entrou o Galvêas. E o Galvêas ficou durante todo o período Figueiredo, acho que foram seis anos, não? O governo Figueiredo foi de seis anos.

A.L. - Ele entrou em 1979 e deixou no início de 1985.

A.C. - De maneira que todo esse período foi produtivo na área do seguro. Foi produtivo. O Conselho funcionou bem e houve uma participação, houve um interesse do ministro. Porque teve uma época em que o difícil era fazer com que o ministro da Indústria e Comércio se interessasse pelo seguro. Ele não se interessava. Mas nesse período, não, eles se interessavam bastante pelo seguro.

A.L. - Já era Fazenda.

A.C. - Já era Ministério da Fazenda.

A.L. - Voltando ao sindicato, o senhor mencionou que uma das suas atividades no Sindicato das Seguradoras de Minas Gerais era o fato de estar tentando criar um instituto de seguros em Minas.

A.C. - Estamos fazendo agora. Quero conversar com a Susana,³ hoje, e vamos marcar logo a assembléia para já dar início às atividades do Instituto Mineiro de Seguros.

A.L. - Já começa esse ano.

A.C. - Vai começar agora. Esperamos começar. Ainda não temos uma sede, mas, no nosso sindicato, temos duas salas de aula muito boas, e no sindicato dos corretores tem outra sala de aula muito boa. Então, vamos começar as aulas nos dois sindicatos, até que possamos comprar um imóvel e colocar tudo nesse imóvel para o Instituto Mineiro de Seguros começar mesmo a funcionar.

A.L. - Além desse esforço, que vem desde quando o senhor tentou criar uma disciplina na área de direito na PUC e que culmina na criação do Instituto Mineiro de Seguros, o que o senhor destacaria na sua atuação à frente do sindicato?

A.C. - Tivemos um grande trabalho, muito concentrado, na divulgação do seguro, para tornar o seguro mais conhecido. Temos um centro no sindicato e também colocamos cursos, ou fazemos reuniões de companhias, quer dizer, o sindicato tem um movimento constante na sede. Acho isso muito importante, porque é um lugar em que o segurador sabe que pode contar conosco.

A.L. - Há várias seguradoras mineiras?

A.C. - Mineiras, só três: Minas-Brasil, Rural e Bemge. As outras são de fora.

A.L. - A Minas-Brasil não tem um banco por trás, a Rural e a Bemge...

A.C. - Não, o Banco Mercantil do Brasil é associado à Minas-Brasil.

A.L. - Desde quando?

A.C. - Desde 1970, por aí.

A.L. - A Rural tem o Banco Rural por trás, não é?

A.C. - E a Bemge tem o banco Bemge.

A.L. - Tem o banco Bemge nesse movimento de os bancos se encaminharem para a área de seguros. Mas a Minas-Brasil já estava antes.

A.C. - A Minas-Brasil é independente. O Banco Mercantil é que tem 36% das ações da Minas-Brasil.

A.L. - É diferente da situação das outras duas seguradoras, que são subsidiárias dos bancos

A.C. - As outras são mais departamentos dos bancos.

A.L. - E houve, dentro do sindicato, algum problema ou alguma diferença na convivência entre as seguradoras ligadas a bancos e a Minas-Brasil?

³ Susana Munhoz da Rocha, secretária executiva da Funenseg desde março de 1995.

A.C. - Não. Isso foi até uma coisa interessante. Porque uma época havia as companhias de banco e as companhias independentes, e a Minas-Brasil não pertencia nem ao grupo das independentes nem ao grupo dos bancos. Então, éramos sempre o ponto de união. Quando havia uma polêmica maior, entrávamos no meio para ver se resolvíamos da melhor maneira possível.

A.L. - Por que a Minas-Brasil não se definia como independente?

A.C. - Não se definiu como independente porque nós... Eu sempre fui contra essa divisão de companhia de banco e companhia independente. Sempre achei que seguro era uma coisa só, que tínhamos de trabalhar naquilo que realmente fosse em benefício do mercado segurador, para o mercado segurador crescer no sentido de melhorar a produção do seguro, de fazer crescer o seguro no Brasil, e não ficar dividindo. Nessa ocasião, o dr. Celso da Rocha Miranda, que era presidente da Internacional e era do grupo das empresas independentes, me convidava, às vezes, para a reunião das companhias independentes – só uma vez eu fui a uma reunião de companhia de banco. Numa das reuniões, o Celso falou que a grande vantagem que eu tinha era que não estava nem inteiramente de um lado, nem inteiramente do outro. Então, eu podia ajudar como um amortecedor, no meio, quando havia um conflito maior, uma coisa maior. E eu acho que essa posição foi interessante, acho que nós, sob certo aspecto, pudemos ajudar o mercado naquela época.

A.L. - O que me parece é que esse movimento das independentes... Elas estavam basicamente no Rio e em São Paulo, não sei se o senhor confirma isso.

A.C. - Não era bem assim, não! Porque as companhias do Rio Grande do Sul eram quase todas independentes. Com exceção da União e mais uma ou duas, o Rio Grande do Sul estava também no meio do bloco das independentes. Então, era Rio Grande do Sul, São Paulo, que tinha o maior grupo, o Rio... Mas o Rio tinha, por exemplo...

A.L. - ... A Internacional. O Rio seria a Internacional.

A.C. - A Internacional, porque a Sul América também era mais ou menos como a Minas-Brasil: nunca entrou do lado de um, nem do lado do outro, assumiu uma posição intermediária. Éramos nós, a Sul América... Mas teve uma ocasião que havia um desentendimento grande entre as duas facções.

A.L. - Havia o medo das independentes de que os bancos, porque tinham agências em todo o país, conquistassem...

A.C. - Naquela época, realmente, o banco era um adversário difícil, porque...

A.L. - Estava-se perdendo o seguro de trabalho, não é?

A.C. - ... todo mundo queria pegar empréstimo em banco. E, para conseguir empréstimo, os bancos exigiam seguro. Tínhamos que fazer seguro! Mas, depois, com os juros altos, os bancos foram saindo fora disso. Ninguém toma empréstimo em banco, hoje. Se tomar, não agüenta pagar. O juros são tão altos que não dá mais para pagar. E hoje, o banqueiro passou a ser, de solicitado, a solicitante, de maneira que ele perdeu aquela força que atraía o seguro para o banco. Mas teve um período que, realmente, foi bem difícil.

A.L. - Considerando as grandes empresas, Sul América, Minas-Brasil, Atlântica, depois Atlântica-Boavista, Internacional, dessas grandes, quem mais lutou contra a entrada dos bancos teria sido a Internacional?

A.C. - Sim, a Internacional... O Celso fez um trabalho muito bom. Se bem que era um trabalho, assim, muito bem colocado. Ele não era extremista, era um bom articulador.

A.L. - E não queria jogar as independentes contra os bancos, mas queria que elas ocupassem um espaço...

A.C. - O espaço existia.

A.L. - Já conquistado, não é?

A.C. - Um espaço já conquistado. Mas, depois, o que aconteceu foi o seguinte, principalmente no período do João Elísio: a diretoria da Federação já era composta por elementos independentes, de banco, tudo junto, todo mundo participando. E sotaque também, não é? Sotaque são as estrangeiras, nós chamamos cobrador de sotaque. Eles todos passaram a participar.

A.L. - Existe uma cota especificada, ou só se procura colocar...?

A.C. - Eles têm a associação das independentes, que indica os diretores para a Federação.

A.L. - Essa associação ainda vive? Porque ela foi formada no momento de sucessão da Fenaseg, de crise, e ameaçou fazer uma sucessão paralela.

A.C. - As empresas de sotaque também têm sua associação, que indica, como as de banco. De maneira que, hoje, a diretoria da Fenaseg tem a participação de todo mundo. Todos participam.

A.L. - Essa associação das independentes é informal, ou tem estatuto, tem local, presidência...?

A.C. - Tenho a impressão de que é informal.

A.L. - Nós nunca ouvimos falar dela. Quer dizer, sabíamos que existia um movimento, mas não sabíamos...

A.C. - Existe um movimento, eu acredito que seja mais informal.

A.L. - E ainda é o Afif⁴ que capitaneia essa associação? Porque o movimento começou com o Afif, da Paulista.

A.C. - O pessoal da Paulista era o Roberto⁵...

A.L. - A Indiana, sabemos que esteve envolvida.

A.C. - A Indiana também. A Indiana, a Porto Seguro... Era essa turma.

⁴ Cláudio Afif, presidente da Companhia de Seguros Indiana, com sede em São Paulo.

⁵ Roberto Pereira de Almeida, da Companhia Paulista de Seguros.

A.L. - E das estrangeiras, quais são as atuantes? Eu digo atuantes em termos de uma...

A.C. - Das estrangeiras, a Interamericana, a Generali, a Chubb,⁶ são várias. E agora tem a Vera Cruz.

A.L. - E agora muitas empresas estão se associando às brasileiras.

A.C. - Estão se associando. E eu acho que agora, com a globalização, vem muita gente de fora para cá. Porque o mercado brasileiro vai ser um grande mercado. A tendência é essa.

A.L. - E agora retorna também o seguro de acidente do trabalho. São várias empresas estrangeiras querendo entrar na área de seguro do trabalho.

A.C. - Acho que essa ainda vai ser uma luta bem grande pela frente. Porque para se aprovar qualquer coisa, hoje, no Congresso – e isso tem que ser aprovado pelo Congresso –, é muito difícil, vai aos poucos. Quando eles fizerem a reforma da Previdência e outras coisas mais, então, o seguro de acidente do trabalho vai aparecer. Porque há uma interpretação muito errônea a respeito disso. O seguro de acidente do trabalho, quando estava com as empresas, o grande beneficiário era o operário. Ele tinha um tratamento dez vezes melhor do que o tratamento do INPS. Tínhamos o maior interesse em que ele recebesse o melhor tratamento do mundo, porque o que mantinha o seguro conosco era justamente a assistência que dávamos. Existia uma concorrência! No momento em que passaram para o INPS, caiu muito o tipo de atendimento. Mesmo assim, acredito que o pessoal das organizações sindicais, às vezes, ainda é mais estatizante do que privatizante.

A.L. - Mas o meio sindical também está mudando rapidamente.

A.C. - É... No Brasil, tudo está evoluindo. De uns tempos para cá, houve uma mudança bem grande, inclusive de mentalidade.

A.L. - Tudo está mudando. Não se sabe bem em que direção, mas tudo está mudando. Eu gostaria de discutir com o senhor também a formação da Fenaseg. Talvez pudessemos começar e, depois, completariamos em um outro dia.

A.C. - Tem uma coisa bem interessante, porque quem criou a Fenaseg foi a Minas-Brasil, através do Carlos Luz.⁷ Foi o primeiro presidente.

A.L. - Pois é essa história que eu gostaria que o senhor contasse.

A.C. - Carlos Luz criou a Fenaseg.

A.L. - Foi em 1951, não é?

A.C. - Sim. Naquele tempo, era associação, não tinha nem sindicato. Eram associações que se transformaram em sindicatos. E a Fenaseg era uma entidade sindical de segundo grau: o primeiro grau, o sindicato, e o segundo, a federação, a Fenaseg. Como não

⁶ *The Chubb Corporation*, seguradora norte-americana.

⁷ Carlos Coimbra da Luz, primeiro presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros e Capitalização, entre junho de 1951 e novembro de 1954.

tínhamos confederação, que era o terceiro grau, ela era um segundo grau que agia como terceiro. A mesma coisa que acontecia com os bancos, que também era federação dos bancos, não havia confederação.

A.L. - Só a indústria e comércio que...

A.C. - A indústria e comércio, a agricultura têm confederação, entidade de terceiro grau.

A.L. - E por que se criou, em 1951, a Fenaseg? Qual foi a necessidade?

A.C. - Era uma entidade criada para defender os interesses das seguradoras.

A.L. - Estaria ligada à tentativa do PTB de estatizar o seguro de acidentes do trabalho, que já vinha desde essa época?

A.C. - Mas nessa época a Federação já estava criada há bastante tempo. Isso foi no período do Rossi, quando estatizaram o acidente do trabalho.

A.L. - O ato de estatizar foi de 1967, mas o PTB, desde o início, queria isso. Era um projeto do PTB, que foi sendo arquivado, porque houve pressão das seguradoras. Quer dizer, durante todo esse período...

A.C. - Teve uma época em que eles queriam que praticamente tudo fosse estatizado. E durante a revolução, o período da revolução... Por incrível que pareça, essa revolução foi de direita, mas ela era mais à esquerda do que tudo. Estatizava tudo. Nunca houve tanta empresa estatal no Brasil quanto no período da revolução.

Mas a Federação foi criada no intuito de ter uma organização, uma entidade sindical de segundo grau que defendesse os seguradores. Não só que fizesse isso, mas que também congregasse os sindicatos regionais – os sindicatos eram só sete, agora são oito.

A.L. - Não, quando ela surge, só existe sindicato em São Paulo e no Rio.

A.C. - Em Minas tinha a associação, e essa associação se transformou em sindicato.

A.L. - A questão que se coloca é: por que não foram São Paulo ou Rio que tiveram essa iniciativa, e sim Carlos Luz, de Minas Gerais?

A.C. - Carlos Luz, nessa época, mesmo tendo as associações, era o diretor da Minas-Brasil no Rio. Ele convivia no meio segurador do Rio e achava que devia ter uma entidade superior que defendesse os interesses do seguro. Foi na ocasião que ele criou a Fenaseg.

A.L. - O senhor participou? Nesse momento, o senhor tinha acabado de se formar, ainda não estava...

A.C. - Eu sucedi ao Carlos Luz. Foi depois que o Carlos Luz morreu que eu entrei para a companhia.

A.L. - Então, não acompanhou esses primeiros momentos.

A.C. - Os primeiros momentos, não.

A.L. - Quando o senhor começou a ter uma ligação com a Fenaseg?

A.C. - Quando eu entrei, o sindicato de Minas já estava formado, já tinha tido três ou quatro presidentes.

A.L. - Quer dizer, o seu contato com a Fenaseg, na verdade, se deu quando o senhor foi para o sindicato?

A.C. - Sim, quando fui para o sindicato.

A.L. - O senhor começou a presidir o sindicato em 1975, mas é de se esperar que tenha tido alguma atuação antes.

A.C. - Antes de ser presidente, fui diretor do sindicato.

A.L. - Desde quando o senhor se ligou ao sindicato de Minas?

A.C. - Uns três anos antes, porque os mandatos são de três anos.

A.L. - Então, no início dos anos 70.

A.C. - Um mandato antes de assumir a presidência, eu já atuava como diretor do sindicato.

A.L. - Foi aí que começou o seu contato com a Fenaseg. Antes, o senhor não...?

A.C. - Antes, não. Antes, quem representava a Minas-Brasil na Fenaseg era o Celso Fallabela de Castro.

A.L. - Também da Minas-Brasil?

A.C. - Também da Minas-Brasil. Representava a Minas-Brasil na Fenaseg, foi diretor.

A.L. - E no momento em que o senhor passou a presidir o sindicato, já começou a representar o sindicato na Fenaseg?

A.C. - A representar o sindicato. Quer dizer, no mandato anterior, eu já era do Conselho de Representantes da Fenaseg, quando o Rudge⁸ era presidente da Fenaseg. O primeiro contato, a primeira reunião da Fenaseg a que eu assisti como membro do Conselho de Representantes foi no período do Raul Teles Rudge como presidente da Fenaseg. E eu peguei a vice-presidência da Fenaseg quando o Carlos Motta⁹ foi presidente, depois do Rudge. Comecei com o Carlos Motta.

A.L. - Eu gostaria ainda de uma avaliação sua sobre a Fenaseg desde 1975, desde esse momento em que o senhor está entrando em contato com a Fenaseg, porque presidia o sindicato. Talvez pudéssemos deixar para uma segunda vinda sua ao Rio de Janeiro. Se o senhor concordasse, faríamos um fecho na entrevista. Como já se aproxima a hora da reunião, não queremos tomar o seu tempo.

⁸ Raul Telles Rudge, executivo da Companhia Sul América de Seguros e presidente da Fenaseg entre abril de 1974 e fevereiro de 1977.

⁹ Carlos Frederico Lopes da Motta, presidente da Fenaseg de fevereiro de 1977 a início de 1980.

[FINAL DA FITA 1-B]

2ª Entrevista: 22.1.1997

T.M. - Dr. Continentino, o senhor havia comentado, na última entrevista, o início da sua participação mais ativa na diretoria da Fenaseg, nos anos 70. Quando se deu isso?

A.C. - Se não me engano, por volta de 1975. Quando o Carlos Frederico Lopes da Motta assumiu a presidência, eu era o segundo-vice-presidente – o primeiro-vice-presidente era Rio Grande do Sul. Foi o primeiro mandato que eu tive na diretoria da Fenaseg. Naquele tempo, a Fenaseg já era nesse prédio, mas era muito mal instalada, era uma coisa muito primitiva, muito mal arrumada. Depois o Motta deu uma reforma aqui. Quem deu a primeira arrumada no prédio foi o Motta.

T.M. - E deu impulso também à Funenseg?

A.C. - Bom, a Funenseg tinha sido fundada um pouco antes pelo dr. João Carlos Vital. Mas o primeiro presidente não foi o Vital, foi o Teófilo de Azeredo Santos. Depois veio o Vital, teve uma temporada aqui, e depois entrou o Motta.

T.M. - Um longo período, não é?

A.C. - Um longo período. Quando eu assumi o Sindicato das Empresas de Seguro de Minas, dei uma ênfase muito grande à cultura do seguro, porque achava que faltava cultura, faltava gente que entendesse de seguro, para poder divulgar mais, para poder levar uma mensagem. Na época, fiz um convênio, em Minas, com a Funenseg, e começamos a dar cursos de seguro. Nós tivemos os primeiros cursos de corretores de seguro, depois lançamos cursos no interior do estado. Demos cursos em Juiz de Fora, em Governador Valadares, em Uberlândia, pelo estado todo. O sindicato de Minas foi o primeiro sindicato que lançou cursos de seguro no interior. Antes eram só nas capitais.

Na mesma época, fizemos também uma tentativa de levar o seguro à universidade. O dr. Arinos, que era da Fenaseg, e o Evaldo estiveram comigo na PUC de Minas, para fazermos um curso de pós-graduação em direito do seguro. Uma coisa já pronta, arrumada, mas, para surpresa nossa, na visita seguinte que fizemos, a direção da PUC havia mudado e não conhecíamos mais ninguém lá dentro. Então, atrapalhou, tudo o que havíamos feito foi perdido, infelizmente, e não conseguimos esse objetivo de colocar o seguro como...

T.M. - ... Uma reflexão mais aprofundada. Porque o senhor já vinha com toda essa ação de divulgação do seguro, promovendo...

A.C. - ... Os cursos locais. No nosso sindicato, hoje, temos duas salas de aula montadas, bem montadas, com tudo, e já naquela época começamos o convênio com a Funenseg, então, tínhamos constantemente cursos no sindicato. As aulas começavam às sete horas da noite e iam até às dez, 11 horas, 11 e pouco. Todo dia tinha aula, todo dia tinha uma ou duas salas de aula, com o pessoal. Foi a época que conseguimos levar um pouco da cultura do seguro para Minas.

T.M. - No sentido da formação de quadros médios.

A.C. - É claro que isso em nível médio.

T.M. - A tentativa de formar quadros superiores, como o senhor disse, não foi bem-sucedida.

A.C. - Não foi bem-sucedida, na época.

T.M. - E havia uma carência de quadros superiores?

A.C. - Não havia, há! Há uma carência enorme, ainda há. Houve uma coisa muito interessante. Por exemplo, qual o homem mais importante do seguro? É o atuário, uma das profissões mais importantes dentro do seguro. Não quer dizer que as outras não sejam. Em seguro, temos médicos, dentistas, engenheiros, economistas, temos todas as profissões liberais. Tem área para todo mundo. Mas o atuário é o homem das estatísticas, é o homem que faz os planos de seguro, faz as taxas do seguro, faz com que o seguro possa ser vendido. E a atuária era estudada nas faculdades de ciências econômicas. Mas, como a Susep e o IRB, naquela época, faziam tudo, as faculdades de ciências econômicas aboliram os cursos de atuária. Fazer o curso, para quê?

T.M. - Não tinha absorção pelo mercado.

A.C. - Era um curso que se fazia só para ter um título, porque não se ia aplicar aquilo em lugar nenhum. A não ser que se arranjasse um emprego no IRB ou na Susep. E a profissão de atuária esteve quase acabando no Brasil, quando surgiu a previdência privada, por volta de 1980 e poucos, 1990. Aí houve uma corrida, porque todas as empresas que foram atuar na área de previdência privada precisavam ter planos. E esses planos eram feitos pelos atuários. Então, os atuários “ressuscitaram” e começou a haver cursos de atuária nas universidades. Hoje, existem bastantes cursos de atuária.

T.M. - Quer dizer, ao mesmo tempo que o IRB foi um fomentador do mercado, foi também um inibidor.

A.C. - Foi um inibidor. Porque o IRB e a Susep comandavam o seguro. Era uma camisa-de-força. Não se podia fazer nada a não ser através deles, entendeu? Então, o que se ia fazer? Não adiantava ter um atuário muito bom na empresa. Mandava-se fazer um plano de seguro e tinha que ser aprovado na Susep. Ficava lá a vida inteira.

T.M. - Enquanto isso, a concorrência...

A.C. - A concorrência acabava pegando também. Então, não tinha jeito, entendeu?

T.M. - É complicado, assim.

A.C. - Era complicado. O seguro era excessivamente regulado. No momento em que passaram a desregular, ele foi surgindo, foi ressuscitando, foi se levantando novamente.

T.M. - Mas esse processo de desregulamentação vem ocorrendo gradualmente, talvez em um passo mais lento do que os homens de mercado desejariam, desde meados dos anos 70, não é?

A.C. - A desregulação vem acontecendo.

T.M. - E o senhor está vivendo isso na Fenaseg desde a gestão do dr. Carlos Motta.

A.C. - Com o Carlos Motta, começou alguma coisinha, mas muito pouca ainda. Isso começou quando o Victor Renault estava na Fenaseg. Porque não dependia da gente, dependia do governo. Em que governo houve maior abertura? Foi no governo do Figueiredo, já no final, eles deram um pouco mais de abertura. Ditadura, não é? O negócio era difícil. No governo Figueiredo houve um pouco mais de liberdade. Mas não foi nem nessa época do Figueiredo, foi já com o Sarney que houve uma desregulação maior. Foi quando o Régis assumiu a Susep e o Jorge Hilário, o IRB. A dupla anterior, que era o Figueira, na Susep, e o Albrecht, no IRB, ainda estava meio presa. Nessa época, eu era do Conselho Nacional de Seguros. Já havia alguma coisa, alguma desregulação.

T.M. - Mas o IRB não tinha mais a atribuição de tarifar?

A.C. - Ainda tinha. Era o seguinte: o ministro da Fazenda ia lá, abria a sessão do Conselho e saía. Quem presidia, na ausência dele, era o presidente do IRB. Deveria ser o superintendente da Susep, deveria ser, mas não era. Era o presidente do IRB.

T.M. - Era quem tinha o poder, de fato.

A.C. - Era. Nós tivemos duas duplas. Tivemos o José Lopes e o Alfeu Amaral, foi a primeira dupla: o Alfeu, na Susep, e o José Lopes, no IRB. A segunda dupla foi o Albrecht, no IRB, e o Figueira, na Susep. E depois veio a terceira dupla: o Jorge Hilário, no IRB, e o Régis, na Susep. Foi aí que houve uma grande abertura, que começou a haver maior abertura, uma desregulação maior.

T.M. - Mas esses homens, para implementarem medidas de liberação do mercado, não agem sozinhos. É preciso que haja um consenso, enfim, uma discussão ampla no mercado, para que eles tenham apoio. O senhor já percebia isso dentro da Federação?

A.C. - Não é bem por parte do mercado, é mais por parte do governo. Porque o governo estava segurando a rédea. No momento em que afrouxou a rédea, o mercado entrou, está compreendendo? Depois soltou mais um pouco, e o mercado ocupou o espaço. Quer dizer, o governo abriu o espaço e, à medida que foi abrindo, o mercado foi ocupando.

T.M. - O senhor havia comentado conosco que, no período em que estive no Conselho Nacional, o ministro Ernâni Galvêas dava um prestígio ao Conselho, participava.

A.C. - Ele ia às reuniões, abria as reuniões e, no final, quando terminava, a gente esperava ele chegar, ele chegava e perguntava: “O que vocês resolveram? Esse assunto, como ficou resolvido?” “Isso, isso e isso.” Ele olhava e dava o seu voto, também, depois. Quer dizer, participava, não era um ausente na área de seguros. Era presente.

T.M. - Então, do que nós observamos e pudemos pesquisar, os assuntos em pauta com maior frequência seriam a regulação da previdência privada...

A.C. - Dentre os assuntos, surgia também a normatização da previdência privada. A previdência privada tem uma coisa muito importante. Ela começou, no Brasil, através dos montepios. Os montepios eram entidades... mútuas. Não eram uma sociedade anônima em que se tivesse capital, era um tipo de cooperativa. E surgiram, a maior parte, no Rio Grande do Sul, e através de militares que se reformaram e faziam

entidades de previdência privada. Aí surgiu o Gboex, aquela coisa toda lá. Mas eles não tinham uma fiscalização, não eram ligados à Susep, eram soltos. Então, faziam o que queriam. O governo não fiscalizava. O seguro era superfiscalizado, e a previdência era solta. Foi só quando apareceu a lei da previdência privada e que foi lá para nós, no Conselho, e nós regulamentamos, que a previdência passou a ser fiscalizada. A previdência aberta. A previdência fechada ficou com o Ministério da Previdência Social.

T.M. - O que significa dizer que o controle técnico é precário?

A.C. - Você sabe o que é previdência aberta e fechada? A previdência aberta é uma entidade de previdência em que você pode entrar, eu posso entrar, qualquer pessoa pode entrar. A entidade fechada é a que pertence a uma organização. Por exemplo, a Petrobrás é só dos funcionários da Petrobrás; tem outra só do pessoal do Banco do Brasil. Essa entidade de previdência privada, então, era controlada e regulada através de um conselho no Ministério da Previdência Social. E a previdência aberta passou toda para o Ministério da Fazenda, e passou também a ser fiscalizada pela Susep. Foi o grande passo que se deu na época.

T.M. - Houve um momento, no período em que o senhor esteve no Conselho,¹⁰ em que suspenderam as autorizações para a abertura de novas empresas de previdência privada, enfim...

A.C. - Não. Quando entrei para o Conselho, isso já havia sido suspenso. Mas era suspenso por um determinado período. Depois, tinha que renovar a suspensão para novas empresas. E nós atrasamos nessa parte. Então, houve diversos pedidos de seguradoras novas que queriam entrar no mercado. Foi quando entrou a Agente Seguradora e mais umas duas ou três, que depois não foram para a frente.

T.M. - Esse movimento de novas empresas surgindo nessa área de previdência... Elas vêm de antigas seguradoras?

A.C. - De previdência, não. Aí não foi previdência, foi seguro.

T.M. - Seguro, mesmo.

A.C. - Seguro, mesmo. Agora, quando a previdência privada foi regulamentada, você podia constituir, desde que tivesse o capital, que tivesse os sócios aprovados, que o pessoal que fosse formar a entidade de previdência fosse aceito pela Susep. Não havia qualquer obstáculo, não havia barreira para a previdência privada. Havia para o seguro. O mercado de seguros, uma época, teve um número muito grande de seguradoras. Mas algumas seguradoras quebraram e isso causou um grande prejuízo, foi muito contra o bom nome do seguro. Então, houve um trabalho muito grande para que se fizessem fusões e incorporações de companhias pequenas, para que o mercado tivesse um número menor de companhias de seguro, porém, companhias mais fortes. Esse trabalho foi feito durante o período...

T.M. - Do dr. Raphael de Almeida Magalhães?

¹⁰ Alberto Continentino de Araújo foi membro do Conselho Nacional de Seguros Privados, na qualidade de representante suplente da iniciativa privada, entre 1979 e 1985.

A.C. - É, do Raphael, quando ele estava na Fenaseg, e no IRB... Foi antes do José Lopes, até. Naquele tempo, era muito importante que houvesse um número menor de companhias de seguro, e a licença para operar ficou fechada acho que por dois anos, quer dizer, não se podia fazer companhia nova. No fim dos dois anos, eles renovavam por mais dois, por mais dois... Só que, no período em que eu estava no Conselho, ficou um espaço em que essa medida não foi renovada.

T.M. - Aí houve uma explosão, quando...

A.C. - Aí apareceram quatro ou cinco empresas com licença, com pedido para operar no mercado. Foi nessa ocasião que surgiu a Agente Seguradora, no Rio Grande do Sul, que está aí até hoje, e mais umas duas ou três, que acabaram; duraram um pouquinho, não agüentaram e fecharam.

T.M. - Então, por volta de 1980, houve esse movimento de deslocamento do mercado em direção a empresas de previdência aberta.

A.C. - De previdência aberta.

T.M. - De que forma o senhor lia esse movimento do mercado? Seria uma tentativa de se afastar do seguro de automóveis, que naquele momento tinha uma alta sinistralidade, enfim, de diversificar a carteira?

A.C. - Não. Porque a verdade é a seguinte: as companhias de seguro não entraram na Previdência, propriamente, criaram outras empresas de previdência ligadas a elas. Porque elas podem operar, pode-se ter uma licença de uma companhia de seguro para ter uma carteira de previdência privada. Só que não tem nenhuma expressão dentro de uma companhia de seguro. Tem fora. Por exemplo, a Bradesco Previdência Privada é do grupo Bradesco, mas não é a Bradesco Seguros, é outra entidade.

T.M. - Mantém uma contabilidade própria.

A.C. - Própria e tal.

T.M. - É o caso da MinasPrev? Surgiu nessa época?

A.C. - A MinasPrev... O que eu fiz naquela época? Chamei para sócios as pessoas que tinham uma certa importância em Minas. Chamei os bancos mineiros, o Banco do Progresso, o Banco Mercantil, o Banco Rural, todos esses foram sócios fundadores da MinasPrev. Entraram também como sócias a Mascarenhas Barbosa Rossi, que era uma construtora, a Minas Forte, a Cimento Cauê... Nós pegamos um grupo de empresas e fizemos uma empresa de previdência privada, que seria a MinasPrev. Só que, quando ela começou, logo depois veio aquela inflação desenfreada. Nós começamos a produzir, a fazer um trabalho até bem-feito nessa parte, quando veio aquela inflação, o primeiro Plano Cruzado...

T.M. - O Cruzado, em 1986.

A.C. - Quando veio o Plano Cruzado, foi um desastre! Vamos dizer que você tivesse uma aposentadoria para ganhar, por exemplo, dois mil reais. A sua aposentadoria, quando foram feitas as correções, baixou para mil. Então, eu achei que não era aquilo que nós queríamos.

T.M. - Afugentava o consumidor.

A.C. - Afugentava. Você estava oferecendo uma coisa que não podia cumprir. Depois veio o Cruzado II, veio o Plano Bresser, depois veio não sei mais o quê... Cada plano desses mutilava mais a reserva que o sujeito tinha para uma aposentadoria futura. Em vista disso, achei melhor pegar a MinasPrev e botar na gaveta, deixá-la funcionando com pouquinha coisa, até que houvesse uma estabilidade da economia. E foi o que fizemos.

T.M. - Foi isso, então? Em que momento o senhor percebeu que havia condições propícias para dar um novo alento à empresa?

A.C. - Quando veio o Plano Real, então, nós mudamos a sociedade. Na ocasião, eu já havia comprado a parte de outros sócios, havia ficado praticamente só a Minas-Brasil, e aí fizemos a sociedade: o Banco Rural, que era sócio, continuou, e o Bemge, que é o Banco do Estado de Minas Gerais, entrou. E fizemos a InvestPrev. A companhia já estava com montada, com tudo direitinho... Assim fizemos a InvestPrev, que hoje está sendo relançada.

T.M. - Seria isso, então, que explicaria a mudança de posição da Minas-Brasil no *ranking* das grandes seguradoras?

A.C. - Não. Isso não entra no *ranking*, porque essa parte não é contada como produção da Minas-Brasil. A previdência privada está fora.

T.M. - Porque nós observamos que, no início dos anos 80, a Minas-Brasil estava em uma posição não muito destacada no *ranking*. Houve uma mudança radical a partir de 1990, 1991, e ela passou a ocupar a décima posição, consistentemente, até hoje. A que se deveu esse salto?

A.C. - Bom, nós fizemos uma renovação na empresa. Porque a empresa vai envelhecendo. Como a gente envelhece, a empresa também envelhece, o pessoal vai envelhecendo. Então, trouxemos gente nova, fizemos várias modificações. Depois disso, fizemos uma reengenharia, modificamos inteiramente, trouxemos uma informatização muito maior. Quer dizer, investimos muito na estrutura da empresa.

T.M. - E a renovação das...?

A.C. - Inclusive das pessoas.

T.M. - E das práticas, que já estavam ficando obsoletas, não é?

A.C. - Estavam ficando obsoletas.

T.M. - A MinasPrev atende, hoje, a um contingente de quantos segurados?

A.C. - A MinasPrev, hoje, chama-se InvestPrev. Aliás, hoje eu não faço parte dela, passei-a para a turma mais jovem, deixei com eles. Mas ela está sendo relançada agora. Estão fazendo um trabalho e ela está começando a operar novamente, com planos reestudados, novos planos. Porque os planos antigos já estavam obsoletos, não tinham mais interesse. A previdência também teve uma evolução muito grande nesse período, então, nós tínhamos que modernizar, partir para uma coisa nova.

T.M. - E essa coisa nova foi buscada a partir de que experiência? Vocês estudaram o caso americano, o caso francês?

A.C. - Também. E trouxemos um atuário especializado nisso que está lá hoje, trabalha com a gente, fazendo planos. Nós estudamos todo o mercado brasileiro e os mercados de fora também. Vimos o que eles estavam fazendo, quais eram as novidades, o que havia de melhor, o que podiam oferecer de melhor, e passamos a fazer. Estamos lançando agora. Esse ano ela vai começar.

T.M. - E hoje atende a quantos segurados?

A.C. - Ah, coisa pequena.

T.M. - Mas tem potencial para crescer muito mais.

A.C. - Ah, tem.

T.M. - Também recentemente, a Minas-Brasil, ou a InvestPrev – o senhor vai me explicar –, entrou em associação com o Banco do Brasil.

A.C. - Foi a Minas-Brasil.

T.M. - E foi uma agitação no mercado, uma discussão muito grande sobre quem ia ficar associado ao Banco do Brasil. Como foi a história?

A.C. - Ah, não. Vamos por parte. O Banco do Brasil fez a BB Corretora, que trabalhou conosco a vida toda, dava produção para a Minas-Brasil. Depois, resolveu fazer uma companhia de previdência privada, e fez a BrasilPrevi. Começou com a Minas-Brasil, a Sul América, o grupo Arbi, a Paulista e o Banco do Brasil. Assim foi feita a BrasilPrevi: o Banco do Brasil tinha 40% das ações e cada uma dessas quatro tinha 10%. Então, sobravam 20%. Desses 20%, o Banco do Brasil convidou algumas entidades: a **Funex** [?], a **Fundex** [?], o Sebrae, e a fundação de funcionários do Banco do Brasil também entrou do lado deles. E, do nosso lado, nós abrimos para as outras seguradoras que quisessem entrar, mais oito seguradoras. Com isso, completou-se os 100% de capital. E a BrasilPrevi está funcionando.

Depois disso, o Banco do Brasil resolveu fazer uma de capitalização, com a Aliança da Bahia e a Sul América, uma de seguro saúde, com a Sul América, e depois quis fazer uma companhia de seguros. Na companhia de seguros, entrou a Aliança da Bahia; fora automóvel, a parte de vida o resto dos seguros ele fez com a Aliança da Bahia. Quer dizer, a Aliança da Bahia entrou com a companhia inteira, e eles fizeram a Aliança do Brasil, que ainda vai começar a operar. Por enquanto ainda é BrasilSeg, mas estão transformando em Aliança do Brasil, que vai ter sede em Salvador. E na área de automóveis, fizeram com a Sul América a Brasil Veículos.

T.M. - Eu queria compreender: a Minas-Brasil se associa...

A.C. - Participa em duas empresas com o Banco do Brasil: na BrasilPrevi e, agora, na nova companhia que estamos fazendo de seguro de crédito externo.

T.M. - Em reação a essa nova medida.

A.C. - Está sendo criada agora. Na outra, temos também 10%.

T.M. - Como o senhor consegue separar a Minas-Brasil associando-se à BrasilPrevi e, digamos, o grupo ligado à Minas-Brasil formando a InvestPrev? São concorrentes, a princípio.

A.C. - São, são. Mas acontece que a produção da BrasilPrevi é toda oriunda do Banco do Brasil. Então, ela não concorre com a outra, que é a InvestPrev, que é mais oriunda do Banco Rural, do Banco Mercantil e do Bemge. É outro tipo de produção. Somos acionistas das duas. Nenhuma das duas é nossa inteira.

T.M. - Certo. E a InvestPrev visa a atender o mercado mineiro...

A.C. - É, mais concentrada no mercado mineiro, fora quem opera no Banco do Brasil. Nós não nos metemos na área da outra. São áreas distintas.

T.M. - Quer dizer, no momento atual há espaço para todos.

A.C. - Há espaço para todos.

T.M. - Cada vez mais. Bom, voltando à Fenaseg, o senhor deixou o Conselho em 1985 e continuou atuando na Federação.

A.C. - Pelo menos, durante o período do Conselho, eu continuei na Federação.

T.M. - Avançando um pouco mais e chegando na Constituinte de 1988, de que forma a Federação se articulou para defender...?

A.C. - Bom, isso foi no tempo do Rubens.¹¹ Nós sentimos a necessidade de estarmos mais presentes em Brasília, para discutir os problemas, e eu me pus à disposição da Fenaseg, inclusive para fazer um trabalho lá. O Rubens, então, montou uma filial da Fenaseg em Brasília. O primeiro escritório até foi no prédio em que estava a Minas-Brasil; nós arranjamos uma sala em cima e começamos a fazer o trabalho. Depois, eles alugaram o escritório que têm hoje, mas, naquele tempo, quem cuidava dessa parte era eu. Eu era o responsável. Tinha que ir para lá discutir com deputado, senador, noite e dia, falava, explicava, mostrava, riscava... e eles não entendiam uma palavra. Tinha um senador, que eu fico meio assim...

T.M. - O senhor não precisa citar o nome.

A.C. - Eu fui lá, expliquei, expliquei, falei, falei... “Entendeu?” “Entendi.” “Então você está de acordo?” Ele disse: “Estou de acordo”. Quando saiu...

[FINAL DA FITA 2-A]

A.C. - Tinha um deputado do Rio de Janeiro, um sujeito fantástico, de quem fui sempre admirador...

T.M. - Poderia dizer o nome dele?

¹¹ Rubens dos Santos Dias.

A.C. - Daso Coimbra. Já morreu.¹² Esse sujeito era fantástico, sabe? Eu ia para o gabinete dele discutir seguro. Mas ele sabia discutir, entendia do assunto, não era um amador! Sabia discutir, sabia o que estava falando, o que estava fazendo. Era uma coisa impressionante! O César Maia, mesmo, não era da área, mas estudava a questão. Você levava para ele, ele tinha um corpo técnico, dava para o pessoal, ia saber o que era, se interessava. Esse senador, não. Era uma tragédia!

T.M. - Quer dizer, o conjunto do parlamento entendeu com mais facilidade um padrão antigo, o padrão do segurador oficial.

A.C. - O que conseguimos fazer na Constituinte foi evitar que entrasse alguma coisa que prejudicasse muito o mercado. Não que fôssemos a favor, só queríamos que não prejudicasse demais. Porque tinha gente louca que queria estatizar tudo, queria fazer não sei o quê, queria isso e aquilo... Tinha de tudo. Então, conseguimos tirar muita coisa da Constituição. Agora, de seguro propriamente dito, só ficou a Lei do Sistema Financeiro Nacional, que será regulada por lei complementar que versará sobre seguro e que não saiu até hoje.

T.M. - Eu queria saber por que não saiu até hoje, mas, antes...

A.C. - Pois é. Essa é uma coisa delicada, uma coisa interessante. Porque eles puseram o seguro, mas, ao mesmo tempo, inseriram o seguro no Sistema Financeiro Nacional. Acontece que o Sistema Financeiro Nacional tem banco, financeira, tem esse negócio todo. E como o capítulo do Sistema Financeiro é um só na Constituição, essa lei complementar vai versar sobre seguro, mas não só sobre seguro: vai versar sobre a parte de banco, de financeira, de tudo. Inclusive, um deputado chegou lá e... passou na Constituição que os juros só podem ser de 12% ao ano.

T.M. - Amarrou todo mundo.

A.C. - Amarrou todo mundo. Para mexer em qualquer coisa... É um negócio altamente polêmico, essa regulamentação. Então, o que a gente pretende fazer é separar o seguro da área de banco. Vamos fazer uma coisa do seguro, colocá-lo para funcionar, e deixar o banco para lá. Não temos nada com isso, vamos deixar os banqueiros discutir com o pessoal a parte deles.

T.M. - É esse o projeto que está com maior ênfase?

A.C. - É. O que estamos pretendendo, é isso. Agora, na parte do seguro, tem um projeto dos corretores, tem um projeto da Susep, tem um projeto...

T.M. - Do próprio IRB?

A.C. - ... da Fenaseg, do IRB.. Acho que não é muito difícil conciliar isso. Tem algumas coisas... Por exemplo, o corretor quer a obrigatoriedade do corretor no negócio, o outro quer não sei o quê... O meu ponto de vista é o seguinte: na medida em que não se radicalize, porque se trata de Constituição, e Constituição é uma coisa muito difícil de mudar depois, seria interessante que a lei complementar à Constituição traçasse as linhas estruturais, quer dizer, a estrutura básica. É como se você estivesse construindo

¹² Daso Coimbra é advogado, nascido no Rio de Janeiro em 1926 e ainda não falecido. Teve carreira política ligada inicialmente ao PSD, depois à Arena e, mais recentemente, ao PMDB.

um prédio: a estrutura de concreto do prédio está na Constituição; agora, as paredes, as divisórias de dentro, todo esse negócio, vão para a lei ordinária. Porque amanhã, se você quiser tirar essa parede de um lugar e mudar para outro, você muda, mas não vai mexer na estrutura do prédio, está compreendendo?

Esta foi a sabedoria do americano, que fez uma Constituição e não mexeu nela. Por quê? Porque ela é estrutural, dá os princípios básicos. Agora, o que existe lá dentro, isso é lei. Lei, você pode ter uma ótima hoje e, daqui a cinco anos, ela já não vale mais nada, porque houve uma evolução, mudou tudo, e você não vai ficar amarrado nela o resto da vida. Então, a Constituição deve tratar da parte estrutural, não deve tratar de detalhes.

T.M. - Mas o mercado segurador...

A.C. - Eu acho que essa lei complementar, se fosse muito simples, seria pouco polêmica e mais fácil de fazer. Depois que a lei complementar saísse, entrava-se nas leis ordinárias, para regular o resto. A lei ordinária, se tiver de ser mudada daqui a algum tempo, você faz um projeto, vai ao Congresso, discute e muda. É muito mais fácil, não precisa ter 2/3 dos votos.

T.M. - Mas o mercado segurador é composto de partes com interesses constituídos. Há a burocracia do IRB, há a Fenacor, os seguradores...

A.C. - O mercado segurador é constituído pelo seguinte: o Conselho Nacional de Seguros, que é um órgão normativo, e um órgão fiscalizador e executivo, que é a Susep. Antigamente, tinha o órgão ressegurador monopolista, que era o IRB. Agora já não vai ter mais. No momento em que a lei complementar sair, já vai partir para as resseguradoras, depois, as seguradoras, os corretores, os segurados... Vai pegar todo mundo. O segurado também está dentro do sistema.

T.M. - Cada vez mais.

A.C. - É a razão de ser do sistema. Então, tem que ter essa turma toda. Em tudo o que se fizer, tem que se olhar o interesse de cada um dos lados. Não se pode enfraquecer um lado. Se enfraquecer um lado, enfraquece tudo.

T.M. - Mas como se compõe a defesa dos interesses? Por exemplo, como age a burocracia do IRB em relação à regulamentação do artigo 192?

A.C. - Acho que o IRB já mudou bastante, sabe? Até não acredito que o IRB propriamente dito tenha hoje muita influência na regulamentação dessa ...

T.M. - Nem impõe muita resistência?

A.C. - Eu acredito que não vai ter muito problema. O problema que tinha já foi superado, porque eles puseram: "O Sistema Financeiro será regulado por lei complementar que versará sobre seguro, licença de funcionamento para empresas de seguro, previdência privada e capitalização". Depois falavam: "O sistema de seguro se constitui pelo órgão fiscalizador e o ressegurador oficial". Isso nós conseguimos tirar da Constituição.

T.M. - Já foi um avanço?

A.C. - Foi um avanço. Mas só abriu uma porta, não mudou nada. Eles falam: “Acabou o monopólio do IRB!” Acabou nada! Continua do mesmo jeito. A única coisa é que não está mais inserido na Constituição. Só isso.

T.M. - Mas a quebra do monopólio do IRB já vem sendo discutida não é de hoje. Digamos que a Constituição de 1988 foi uma última tentativa de tornar...

A.C. - É, mas apareceu na última hora. Quando eu saí de lá, esse artigo estava redigido. Nós já havíamos discutido, já havíamos brigado, nós, os corretores, o pessoal todo, tínhamos visto com os deputados, e a redação era: “Tá-tá-tá... as seguradoras e resseguradoras”. Tínhamos posto seguradoras e resseguradoras. Viemos embora de Brasília. Quando foi publicado, saiu: “É o órgão ressegurador oficial”.

T.M. - Que susto!

A.C. - Apareceu um cara lá, de última hora, entrou no negócio e botou isso. É fogo!

T.M. - É possível, sim.

A.C. - O negócio no Congresso não é fácil.

T.M. - Também se explica pelo acaso.

A.C. - São muitas cabeças para pensar uma coisa. O Congresso tem um negócio interessante: esse período em que eu estive lá, foi uma experiência até muito útil para mim, aprendi muita coisa. A democracia é interessante. O Congresso nada mais é do que tudo o que tem aqui fora; lá dentro, tem representante de todo tipo de pessoa que tem aqui fora. Então, é uma amostragem que eles tiram do Brasil, fazem um Brasil pequenininho lá dentro, mas com a idéia do Brasil grande aqui de fora. É muito interessante.

T.M. - E essa sua experiência foi fundamental no momento atual. Enfim, vamos ter que lidar com a democracia, vamos ter que atuar em um ambiente de discussão.

A.C. - Não há dúvida. A democracia faz, inclusive, com que o sujeito trabalhe com a cabeça. Ela obriga o sujeito a pensar, a estudar, a evoluir. Senão, não vai para a frente. Na ditadura, você chega lá, é isso e acabou-se: está liquidado. É um absurdo! Tem umas coisas que são engraçadas. Eu diria o seguinte: se hoje fosse ditadura, o 192 já estaria resolvido há muito tempo.

T.M. - Mas não se sabe de que forma, não é?

A.C. - Não se sabe de que forma. Com a democracia, vai levar não sei quantos anos. Espero que saia o melhor possível, porque, pelo menos, discutido, foi. Foi esmiuçado, discutido, olhado detalhe por detalhe, coisa por coisa, chegou-se ao fundo daquilo. Então, tem que sair uma coisa melhor, não é? Não foi como chegar e botar na mesa do ministro para ele assinar.

T.M. - E com relação aos corretores, como a Fenacor atua nessa discussão?

A.C. - A Fenacor, hoje, tem um bloco no Congresso. Falam que o ruralista é mais forte do que a Fenacor. Eu acho que não. Acho que a Fenacor é mais forte que os ruralistas.

O negócio dela, no Congresso, é fortíssimo! Também, o trabalho que eles fizeram, justiça seja feita! Arregaçaram as mangas, foram para Brasília, procuraram deputado por deputado... Quando eu estava lá, ia procurar um deputado, chegava na sala dele.. “Acabou de sair daqui um corretor”. Eu chegava sempre atrasado, porque era sozinho, e eles tinham 50, 60 lá.

T.M. - Por que o corretores se mobilizaram mais e os seguradores se mobilizaram, mas não...?

A.C. - Porque tem um número de empresas de seguro muito menor do que o número de corretores. O número de seguradores é menor, e são poucos os que se dispõem a ir para Brasília discutir.

T.M. - O senhor teve essa tarefa árdua.

A.C. - Eu tive essa tarefa. E tinha uma pessoa muito boa, um senhor que me ajudou muito em Brasília, o dr. Honório de Lacerda, que havia sido deputado um tempo atrás. Ele conhecia todo mundo no Congresso, então, era um abre-portas fantástico. “Preciso falar com fulano.” “Vamos lá na sala.” Ah, me punha lá e pronto. “Preciso falar com não sei quem.” Ele conhecia todo mundo, então, me facilitava demais. Agora, os corretores, não. Eles foram lá, chegavam para o cara e diziam: “Sou corretor de seguros, quero falar com o senhor; é isso, isso e isso.” Aí pegavam outro, outro e mais outro. Então, hoje... Veja, na posse do presidente da Fenacor, tinha 80 deputados. Uma coisa expressiva, o sujeito ir na posse do presidente de uma entidade.

T.M. - Esse poder de persuasão deles é muito forte, presente.

A.C. - Eu acho.

T.M. - O senhor é o presidente do sindicato, em Minas. Como é a convivência do Sindicato dos Seguradores com o Sincor em Minas?

A.C. - A melhor possível. Inclusive, estamos fazendo juntos, agora, o Instituto Mineiro de Seguros.

T.M. - Está saindo, finalmente.

A.C. - Está saindo. Vamos ter uma reunião, agora, no dia 28, nós, o Sincor e a Funenseg. Vamos começar a montar uma escola de seguros, ainda em nível médio, porque nível superior é fogo.

T.M. - É difícil.

A.C. - Na hora, chegamos lá. Eu falo isso porque, na minha companhia, tivemos um diretor, um sujeito fantástico, que foi quem deu a grande arrancada na companhia, que é o Júlio Eduardo Andrade. Ele era equatoriano, o pai dele tinha sido presidente da república do Equador. Ele estudou seguro na Sorbonne, de Paris. Então, era um sujeito que conhecia seguro, conhecia seguro [ininteligível], porque o seguro que se conhece no Brasil ainda é muito empírico. Ele, não, conhecia seguro, assim, com aquela facilidade, aquela coisa. Um sujeito que fez um curso superior de seguro em uma universidade famosa no mundo inteiro, eu acho de uma importância enorme.

T.M. - Quer dizer, o senhor sentiu, com a presença desse seu colaborador, a importância de ter quadros bem preparados. Bom, o mercado está lançando novos produtos, está diversificando a oferta, inclusive para atrair novos clientes.

A.C. - Para sobreviver. Eu acho que, de agora para a frente, a concorrência vai chegar a um ponto que, para você vencer, vai precisar ter produtos muito bons e a custo baixo. Para ter um produto muito bom, você vai ter que trabalhar com a cabeça, procurar pesquisar para saber o que o consumidor precisa, qual a necessidade dele. Vai ter que fazer um produto diretamente dentro da necessidade do segurado – é a primeira parte. Depois, esse produto deve ter preço baixo. Para ter esse preço baixo, você vai ter que eliminar custo, diminuir o seu custo ao mínimo. Então, vai precisar ter uma estrutura enxuta, ligeira, bem informatizada, rápida, para poder prestar o serviço. E isso aí, estamos todos atrás disso.

Acho que as companhias que vão sobressair no mercado serão as que vencerem isso, as que tiverem bom custo e produtos bons. E outra coisa: rapidez na prestação de serviços, rapidez em liquidação de sinistro, essa coisa toda. Porque, da mesma forma que, às vezes, um sinistrozinho que, por cuidado, você deixou de pagar na hora por suspeita de fraude, ou qualquer outra coisa, traz uma campanha contra a gente...

T.M. - O senhor acha que é importante preservar a boa imagem do seguro.

A.C. - Acho que o seguro vai se aperfeiçoando cada vez mais. Agora, com a entrada das companhias estrangeiras, esse negócio todo, eu acho que as companhias têm que ser fortes, bem capitalizadas – isso é importante, têm que ter dinheiro, porque, se não tiverem, não agüentam o repuxo –, tecnicamente competentes, e têm que ter custos baixos, o mais baixo possível. E têm que ganhar. Têm que ter preço baixo, mas não podem deixar de ganhar alguma coisa, porque, se não ganharem nada, desistem da profissão, vão trabalhar em outra coisa. Mas, para poder ganhar com a concorrência que está aí, têm que ter preço, custo muito baixo. E produtos bons.

T.M. - São freqüentes as propostas. Eu recebi uma proposta de seguro pelo cartão de crédito e, no verso do folheto, vinham listadas as empresas que estavam participando, oferecendo aquele serviço: Unibanco, Minas-Brasil... E fiquei em dúvida para saber que arranjo contratual estava regendo a associação daquelas empresas. Nesse caso...

A.C. - Era seguro de vida?

T.M. - Não, de incêndio doméstico, incêndio residencial.

A.C. - Bom, se era incêndio, não tem problema, porque é co-segurado.

T.M. - É um arranjo de co-seguro?

A.C. - É. Cada uma tem uma parcela daquele risco que está assumindo, aquilo é dividido por todas. A empresa do cartão de crédito, naturalmente, é a estipulante, é ela que lidera a coisa.

T.M. - No momento do recebimento de uma indenização, no caso, quem é responsável?

A.C. - No recebimento, eles vão lá, te pagam e recebem dos outros.

T.M. - E esse tipo de operação está se multiplicando no mercado atual, com mais frequência?

A.C. - É, tem bastante.

T.M. - É uma forma de diversificar a clientela.

A.C. - É como esses clubes de seguro. Quer dizer, tem o clube dos executivos, com um número de seguradoras que trabalham com o produto – isso já é na área de vida. Nesse clube, todas essas empresas bancam.

T.M. - Então, isso seria o segmento do varejo.

A.C. - Sim.

T.M. - E o senhor disse que existe também um grande movimento em ocupar as grandes contas, enfim, os grandes consumidores.

A.C. - Os grandes consumidores, através de um canal de parceria. Por exemplo, existe uma determinada instituição com um volume muito grande de seguros, pode-se fazer uma parceria com ela. E hoje existe também um outro tipo de parceria, de pequenas seguradoras, que não querem montar uma estrutura muito grande, então contratam a sua empresa para, no momento em que elas fizerem um seguro de automóvel, por exemplo, o seguro venha no nome delas, mas quem estará bancando o negócio, mesmo, vai ser você. Elas estão apenas produzindo aquilo, comercializando. Temos diversas seguradoras pequeninhas que trabalham conosco assim.

T.M. - Formalmente?

A.C. - Toda a responsabilidade é nossa. Só a venda... Ela fazem coisas, também têm a parte delas ali, e resseguram tudo conosco. Mas somos nós que operamos.

T.M. - E isso é freqüente?

A.C. - É. Hoje tem muita gente que faz isso. Você pode ter parceria também de instituições. Por exemplo, uma empresa, uma determinada entidade, tem um volume de seguros muito grande, então, faz um convênio com uma seguradora, e essa seguradora opera os seguros.

T.M. - Bom, lançando uma perspectiva para o mercado e concluindo a entrevista: como o senhor vê, hoje, a organização das seguradoras? Como elas estão se preparando para o momento de concorrência?

A.C. - Acho que já falei isso. Elas estão procurando ter bons produtos, ter ótima prestação de serviço – é importantíssimo! Em Belo Horizonte, por exemplo, se você bater o seu carro, nós temos um telefone, você telefona e, 20 minutos depois, chega um carro nosso, com telefone celular, com táxi, leva você para casa, pega o seu carro, leva para a oficina, e temos o pessoal especializado que discute com o pessoal de trânsito, eles vêm de quem é a culpa, se é desse, se é daquele... Você sai fora do negócio. Daí para a frente, nós assumimos tudo.

T.M. - A seguradora assume o ônus...

A.C. - Tudo! Pega seu carro, dá um táxi para você e fala: “Pode ir para casa. Você vai receber o seu carro.” E se foi o outro que bateu, nós entramos em juízo contra ele e recebemos depois. Você não tem nada a ver com isso, é problema nosso. Esse serviço se chama “Bateu-ligou”. Temos na Grande Belo Horizonte – são 14 cidades que formam a Grande Belo Horizonte –, na área metropolitana, por enquanto. Depois, vamos levar para outros lugares. Temos uma central de atendimento que trabalha 24 horas por dia, todos os dias, domingo, feriado, a hora que você quiser. Se você ligar agora para lá e quiser saber o preço de um seguro, como é feito, quantos seguros têm na companhia, se está pago, se não está, se tem coisa, se não tem, a central de atendimento lhe dará todos os dados.

T.M. - Uma outra dinâmica.

A.C. - Uma outra dinâmica. Isso tudo você tem de fazer, são essas coisas que vão criando o diferencial. Quem não fizer isso, ficar no feijão com arroz, não vai sobreviver.

T.M. - E o senhor acha que a regulamentação do artigo 192 é para breve, no sentido de o texto ser uma regulamentação simples?

A.C. - Bom, é uma coisa simples que eu almejo. Se vai sair assim, minha filha, não sei. É o que eu quero que saia. Acho que é uma necessidade. Sou engenheiro, construo um prédio, faço a estrutura. Tenho que ter a estrutura do prédio. Agora, se for mudar uma parede, não vou quebrar as vigas do prédio, os pilares, nem nada; só vou tirar a parede de um lugar e passar para outro. Se eu quiser aumentar a sala, tiro a parede. Agora, a estrutura do prédio é uma só, não posso mais mexer nela. Então, tem que fazer uma coisa enxuta, que sirva para... A Constituição é a mesma coisa: a Constituição é a regra básica, a lei básica do país.

T.M. - E deveria ser o essencial.

A.C. - O essencial. Porque se você começar a botar muito detalhe e não sei o quê, amanhã... A atual Constituição foi feita em 1988 e 1989, e já está obsoleta. Por que estão fazendo essa reforma toda? Porque puseram detalhes demais. Se a tivessem feito enxuta, isso tudo seria lei ordinária.

T.M. - Mas, à época, já havia quem argumentasse contra o texto que estava saindo. Bom, o senhor tem que começar outra sessão, e nós agradecemos muito a sua participação no projeto.

A.C. - Estou às suas ordens.

[FINAL DA FITA 2-B]

3ª Entrevista: 11.06.1997

A.L. - Hoje, vamos conversar sobre o período final dos anos 70 e os anos 80. Gostaria de lhe perguntar inicialmente se o senhor, quando saiu de Minas, saiu de uma ação direta na Fenaseg e começou a ter outras atuações. Refiro-me ao Conselho Nacional de

Seguros Privados, no qual vai ser conselheiro de 1979 a 1985, e de um trabalho posterior junto à Constituinte. Talvez pudesse começar pela sua escolha como conselheiro e o período à frente do CNSP.

A.C. - Fui conselheiro suplente, mas, como os conselheiros suplentes iam a todas as reuniões, eu participei de todas as reuniões durante esse período, embora somente quando um dos conselheiros titulares faltava eu tivesse direito a voto. Então, minha atuação não era diretamente, porque eu era um conselheiro suplente. Nesse período, o que houve de mais importante foi a regulamentação da previdência privada.

A.L. - A legislação é de 1977.

A.C. - Sim. A previdência privada no Brasil, até essa época, estava entregue praticamente aos montepios, que operavam a previdência dentro das suas próprias regras. Nessa ocasião, foi feito um grande estudo para se fazer uma lei regulando a previdência privada e passando-a para a área do Sistema Nacional de Seguros, quer dizer, ela ficou vinculada à Susep, fiscalizada pela Susep. Foi um grande trabalho, um trabalho bom, e foi o pontapé inicial para começar a previdência privada.

A.L. - Quem trabalhou na lei de 1977? Porque há uma lei nos Estados Unidos, de 1974, regulando os fundos de pensão, que já existiam. Foi uma tentativa de regular.

A.C. - O fundo de pensão é bem diferente da nossa previdência privada aberta. A previdência no Brasil se divide em previdência privada aberta e fechada. As previdências abertas pegam qualquer pessoa que quiser fazer parte.

A.L. - É o nível individual, não?

A.C. - É o nível individual. Pode entrar também nas empresas, pegar diversas empresas; não fica em uma empresa, fica no universo de todas as empresas. A previdência fechada são os fundos de pensão. Eles pertencem a determinadas empresas, cuja maior parte no Brasil são as estatais; tem a Previ, do Banco do Brasil, a Petros, da Petrobrás, que são as maiores atualmente. A previdência privada fechada, esses fundos de pensão, não ficaram subordinados à Susep, mas ao Ministério do Trabalho e Previdência Social; tinha um departamento dentro dele que cuidava dos fundos de pensão. Ainda hoje está assim. Quer dizer, agora, com a regulamentação do artigo 192, isso vai se modificar.

A.L. - Vai passar para a Fazenda.

A.C. - Vai aparecer uma nova superintendência de previdência, chamada Suprev; terá a Susep, de seguro, e a Suprev, de previdência.

A.L. - Essa legislação de 1977 foi formulada no período Geisel. O senhor se lembra quem formulou, se foi na área da Previdência ou na área da Fazenda?

A.C. - Quem fez esse estudo, eu não me lembro, foi há bastante tempo. Sei que ele foi levado pela Susep para estudarmos no Conselho.

A.L. - E foi a partir daí que o senhor tomou conhecimento e passou a acompanhar?

A.C. - Sim. Nessa época, inclusive, passou a ter... já havia o elemento da área de previdência privada no Conselho Nacional de Seguros.

A.L. - O senhor se lembra que medidas foram discutidas, ao nível do Conselho, ligadas à previdência privada?

A.C. - Toda a parte operacional, como ela ia ser operada.

A.L. - Porque foi um período de implementação da previdência privada.

A.C. - Foi um período de implementação. A previdência privada, até essa época, não tinha qualquer regulamentação, não tinha norma, então, cada um fazia o que queria.

A.L. - Os montepios ficavam absolutamente sem controle.

A.C. - Cada um fazia o seu [regulamento] e trabalhava nele.

A.L. - E, com a inflação, os montepios perderam completamente a credibilidade, porque as pessoas pagavam e não recebiam nada, não é?

A.C. - Dessa época para a frente, eles passaram a ser regulamentados, então, passou a ter normas: “Você vai fazer isso dentro dessas normas, vai fazer assim, assim, assim.” E foi o início da previdência privada no Brasil. A previdência privada, além de aberta e fechada, pode ser com fins lucrativos e sem fins lucrativos. A com fins lucrativos está ligada às empresas, são as empresas de previdência privada. A sem fins lucrativos são os montepios, são sociedades cooperativas que não têm um fundo de constituição, não têm um capital; em vez de entrar com capital, entra-se com um fundo de constituição, e os segurados são, inclusive, co-proprietários. Essas também ficaram subordinadas à Susep nessa ocasião; daí para a frente, passaram a ser fiscalizadas pela Susep.

A.L. - E o Conselho cuidou desses casos de montepio? Porque foi um período de grande inflação. De 1979 a 1985, tivemos uma alta inflação.

A.C. - Esse período todo foi inflacionário, não tão violento como o do final da década de 80, mas já era uma inflação pesada.

A.L. - Principalmente em 1981, 1982, com a questão da dívida, a questão da crise do petróleo, houve um grande impacto na economia e uma inflação muito rápida. Então, houve uma desvalorização muito grande dos montepios. Eu fazia parte de um montepio do Rio Grande do Sul, paguei durante dois anos e não recebi nada. Então, desisti de pagar, porque só estava fornecendo recursos ao montepio.

A.C. - Não tinha correção...

A.L. - O Conselho cuidou disso, dessas pessoas que perderam com a inflação?

A.C. - Naquela época, praticamente, não havia isso, porque os planos de previdência fiscalizados pela Susep estavam começando. As medidas foram tomadas depois, já na década de 80.

A.L. - Eu pergunto se o Conselho cuidou de um certo saneamento do setor de previdência privada. Isso também passava pelo Conselho?

A.C. - Sem dúvida. Os montepios que entraram passaram por uma série... Porque os únicos que operavam naquela época eram os montepios. As companhias, depois que

saiu a regulamentação, partiram para o treinamento de pessoal, ainda foram treinar pessoal, mostrar o que era previdência privada, educar a turma sobre previdência privada... A previdência privada começou a funcionar mesmo já no início de 1980, por aí. Foi então que começaram as primeiras companhias de previdência privada.

A.L. - E foi nessa época que o senhor montou a área de previdência privada na Minas-Brasil?

A.C. - Foi nessa época que montamos a MinasPrev.

A.L. - E hoje ela tem um papel importante dentro da Minas-Brasil?

A.C. - Hoje ela é a InvestPrev. Fizemos uma sociedade com o Banco Rural e com o Bemge, do estado de Minas Gerais, e transformamos a MinasPrev em InvestPrev.

A.L. - O que isso significa? Que mudança foi essa?

A.C. - Essa mudança significa que unimos esforços para fazer uma previdência privada maior e com dois bancos associados: o Bemge e o Banco Rural.

A.L. - São eles que regem o fundo previdenciário?

A.C. - Somos todos nós, temos uma empresa que faz esse trabalho. Agora, os bancos ajudam a vender o produto, são pontos de venda.

A.L. - Quer dizer que a Minas-Brasil não precisa se ocupar disso, porque os bancos...

A.C. - Não! A Minas-Brasil se ocupa através dos corretores.

A.L. - Então, não entregou tudo aos bancos.

A.C. - Não. A Minas-Brasil tem um terço, o Bemge tem um terço e o Rural tem um terço.

A.L. - Então, a Minas-Brasil atua via corretores e os bancos, via agências.

A.C. - Atua via corretores e os bancos, via agências de bancos.

A.L. - E a previdência privada está crescendo em Minas Gerais?

A.C. - Está começando a crescer. Porque no período inflacionário, a previdência teve um baque muito grande.

A.L. - Não tinha confiabilidade.

A.C. - Agora, com a estabilização da moeda, é que está começando a chegar no lugar.

A.L. - O senhor ficou no Conselho de 1979 até 1985. Como se deu a sua saída?

A.C. - Nós tínhamos até o mandato renovado, mas na ocasião em que entraram o Jorge Hilário e o Régis, eles pediram que mudasse a representação das empresas no Conselho.

A.L. - Isso foi em 1985, no governo Sarney?

A.C. - Foi feita, então, essa eleição, e depois foram escolhidos os membros efetivos e suplentes para a representação da iniciativa privada no Conselho.

A.L. - O senhor acha que o Conselho teve voz, teve atuação durante o seu período? Há quem diga que a Susep é que tem a última voz, que o IRB, associado a Susep, é que toma as decisões, e o Conselho referenda. O senhor acha que o Conselho era um fórum de discussão?

A.C. - Era uma maneira de levarmos alguns pontos que pensávamos na presença do ministro, que era o presidente do Conselho, do superintendente da Susep e do presidente do IRB. Então, os assuntos eram discutidos lá. É claro que, se houvesse um problema para ser decidido no voto, nós perderíamos, porque tínhamos somente três votos e eles tinham os votos a área do governo, o voto dos ministérios, e ainda o voto de Minerva do ministro, se o negócio estivesse empatado.

A.L. - E o ministro comparecia às reuniões do Conselho?

A.C. - O ministro Galvêas ia em toda abertura e no fechamento da reunião. No final da reunião, ele perguntava o que foi discutido, fazia-se um resumo para ele, e ele dava a sua opinião em algumas coisas, falava: “Isso é assim, não sei o quê...” Quando tínhamos uma dúvida maior, aguardávamos a chegada do ministro para, depois, dar o voto final. Mas não era um papel predominante, isso não era mesmo.

A.L. - Era um local de discussão com o governo.

A.C. - Era um local de discussão, onde se podia chegar e expor seu ponto de vista ao ministro. Naquele tempo, era ditadura, não havia Congresso. Hoje, o negócio é feito no Congresso, é preciso ir lá discutir com deputado. Naquele tempo, não tinha, então.....

A.L. - Era uma oportunidade de estar com o ministro. Era a época do Delfim Neto.

A.C. - Era a única oportunidade que tínhamos de apresentar os problemas e as reivindicações do mercado para o ministro.

A.L. - E o presidente do IRB, nessa época, tinha voz?

A.C. - Engraçado, era o contrário: o superintendente da Susep era quem deveria ser o mais forte, mas, naquela época, o presidente do IRB era o mais forte.

A.L. - Historicamente, foi sempre assim.

A.C. - Isso foi no tempo do José Lopes e no tempo do Albrecht.

A.L. - O José Lopes era, inclusive, uma espécie de czar. Ele comandava tudo.

A.C. - O José Lopes comandava, e o Ernesto Albrecht também. Foram os dois que estiveram no período.

A.L. - De modo que o senhor sentia a Susep num papel mais subordinado ao IRB?

A.C. - Sim, o IRB tinha muito mais voz ativa do que a Susep nessa época. E devia ser o contrário, porque a Susep era o órgão fiscalizador, inclusive do IRB.

A.L. - O órgão normalizador.

A.C. - O órgão executor das normas que vinham do Conselho e também o órgão fiscalizador. E o IRB era o órgão executor com as companhias de seguro. Então, as companhias faziam o seguro e o IRB, o resseguro.

A.L. - O José Lopes de Oliveira deixou para o dr. Albrecht um legado pesado da ida do IRB para o exterior, tanto para Londres como para Nova York. O IRB começou a desfazer um pouco essa saída no exterior e começaram a chegar os prejuízos, havia prejuízos a pagar. Isso ia para discussão no Conselho? Essa questão do IRB no exterior passou pelo Conselho, nessa época?

A.C. - Não. No período em que eu estive lá, o IRB já estava no exterior.

A.L. - Pois é, mas já estava pagando os prejuízos que estavam advindo.

A.C. - Os prejuízos chegavam e, depois, eram rateados inclusive pelas companhias. Na hora em que íamos fechar o balanço, vinha aquela surpresa desagradável: a conta do IRB no exterior.

A.L. - A conta do IRB a pagar. E isso era para todas as companhias ou para aquelas que foram para fora?

A.C. - Não, era para todas. As companhias que foram para o exterior fizeram um consórcio para operar, mas isso era fora IRB; o do IRB tinha o escritório em Londres.

A.L. - E os prejuízos eram divididos por todo o mercado segurador?

A.C. - Por todo o mercado segurador, proporcionalmente ao patrimônio líquido.

A.L. - Quer dizer, a Minas-Brasil pagava pelos prejuízos do IRB. Foi por isso que houve uma certa raiva, uma certa insurgência do mercado com relação a essa política. O Leonídio, da Sul América, chamou essa ida do IRB de uma aventura externa, porque foi o José Lopes quem decidiu e o mercado ajudou a pagar.

A.C. - Eu já acho que aquilo foi o amadurecimento do mercado. É como eu digo: o mercado de seguros era igual a uma criança...

A.L. - Tutelada.

A.C. - ... tutelada, foi amadurecendo e, à medida que foi amadurecendo e chegando perto da adolescência, fez umas bobagens que todo menino faz e quebrou a cara. E eles foram quebrar a cara no exterior, tanto em Londres... O José Haroldo já havia visto o problema em Londres, e surgiu a UAC, United America...

A.L. - A companhia seguradora e resseguradora em Nova York.

A.C. - Exato. Entraram nela depois e também deu prejuízo, está aí até hoje, não está resolvido com o governo... Quer dizer, o passeio do Brasil no exterior não foi bom.

A.L. - Mas aprendeu?

A.C. - Aprendeu e muito!

A.L. - Ajudou para esse momento de internacionalização da economia.

A.C. - Porque o Brasil era uma ilha em matéria de seguro.

A.L. - Muito protegida, muito isolada...

A.C. - Do jeito que era isolado... Todo o mundo tinha contato, um país com outro, porque faziam resseguro no exterior, faziam não sei o quê e tal, e no Brasil, não, tudo era através do IRB: o IRB era a ponte que ligava a ilha, aqui, ao continente, lá. Então, o pessoal no Brasil não tinha a *mínima* noção do seguro no exterior, a não ser o Marcos Padilha [?].

A.L. - O dr. José Lopes deu uma entrevista para esse projeto e disse que a grande lição foi conhecer esse ninho de cobras que é o mercado externo.

A.C. - Exatamente.

A.L. - Quer dizer que isso não passou pelo Conselho?

A.C. - O José Lopes foi um homem progressista; tem gente que bate palmas e o aplaude e tem gente que ataca a atuação dele.

A.L. - É muito controverso, não?

A.C. - Sim. Acho que foi um homem necessário para o mercado naquela época, deu mais personalidade e mais experiência ao mercado. Teve um papel importante.

A.L. - Quer dizer, então, que essa experiência no exterior abriu os olhos do mercado para as seguradoras e resseguradoras que agora estão entrando. O mercado já conhece um pouco como elas atuam.

A.C. - O mercado mudou completamente, hoje, já há uma integração maior, já se tem uma idéia... Mas, naquela época, a experiência foi interessante.

A.L. - Foi o despertar da adolescência. O senhor saiu do Conselho em 1985 e continuou na diretoria da Fenaseg. Presidiu o sindicato de Minas e continuou ligado à Fenaseg, não é?

A.C. - Eu continuava como vice-presidente eleito da Fenaseg, porque só agora os sindicatos são menos vitalícios. Naquela época... E no fim do período do Sérgio Ribeiro, nós começamos a estar lá em Brasília.

A.L. - Uma sucursal da Fenaseg em Brasília.

A.C. - Naquela época, eu procurei aqueles seguradores antigos que tinham mais contato com o Congresso, antes. Porque houve um hiato em que o Congresso não tinha importância nenhuma, de repente, começou a ter.

A.L. - Com as eleições de 1986, com o governo Sarney, basicamente.

A.C. - Eu estive lá, procurei o dr. Flores para saber como podíamos entrar, como fazer e tal, e foi o dr. Flores quem me indicou o ex-deputado Honório de Lacerda...

A.L. - Ele tinha muita experiência de atuar no Congresso, fez a reforma bancária...

A.C. - Inclusive tinha trabalhado na Fenaseg, no período do Flores na Fenaseg. O Honório de Lacerda era um sujeito interessantíssimo! Tinha 80 anos, mas era uma pessoa que conhecia todo mundo, tinha um relacionamento fantástico! Conhecia todos os senadores, entrava nos gabinetes e, como era também jornalista, pediam-lhe para redigir não sei o quê, ele fazia aquele negócio todo, redigia um colosso de coisas e levava para os senadores... Quer dizer, tinha uma atividade mental, apesar da idade, fantástica! E nós dois saíamos procurando todos os deputados.

A.L. - Isso já depois das eleições de 1986? No período do Rubens dos Santos Dias?

A.C. - Não. Nós começamos no fim do período do Sérgio Ribeiro. O Rubens Dias já foi na época da Constituinte, e aí tivemos uma atuação maior ainda.

A.L. - E o senhor foi indicado para ser o contato da Fenaseg em Brasília.

A.C. - Eu continuei com essa parte, em Brasília. Então, nós levávamos, discutíamos com os deputados, mas a Fenaseg era muito mal equipada naquela época, não tinha nada, inclusive não tinha assessoria. O deputado chegava para mim e perguntava: “O que o mercado de seguros acha disso?” “O que o mercado acha, eu não sei. O que eu acho é isso.” Ficava uma coisa muito individual. E eu não podia “achar” uma posição dessa, tinha que levar a opinião de todos. Mas não dava tempo de discutir com todos. Então, o trabalho que fizemos foi mais no 192, a redação do Sistema Nacional de Seguros, que seria regular por lei complementar aquela coisa toda.

A.L. - Da Constituição de 1988. Nesse momento, nós entrevistamos o presidente do Sintres, o sindicato do IRB, e ele disse que o sindicato fez um grande trabalho em Brasília junto a alguns deputados, inclusive o César Maia, no sentido de manter o monopólio do IRB. Era isso que interessava ao Sintres.

A.C. - Eles puseram de uma forma que podia ser interpretada como manutenção do monopólio, mas podia ser interpretada de outra forma. Puseram: “O sistema segurador nacional será constituído pelo Conselho Nacional de Seguros, a Susep, as seguradoras e o órgão ressegurador oficial. Isso foi mudado agora, na Constituição. Era isso que nós queríamos tirar.

A.L. - Já naquela época queriam tirar?

A.C. - Por que iríamos continuar com o monopólio do IRB se nenhum país do mundo tem isso mais? Somos o único país do mundo que tem isso.

A.L. - Quer dizer, então, que não havia uma identidade entre a pressão que o Sintres fazia no Congresso e a da Fenaseg?

A.C. - O que nós queríamos era o seguinte: que fosse constituído pelas seguradoras, resseguradoras e os órgãos oficiais.

A.L. - Quer dizer, a idéia já era flexibilizar o resseguro, tirá-lo da mão do IRB. Nessa idéia da Fenaseg, o IRB não entrava?

A.C. - Sim, mas não da forma monopolística, como ressegurador oficial. Na Constituição, puseram: “O órgão ressegurador oficial”. O Banco do Brasil é um banco oficial, no entanto, existem bancos privados. Quer dizer, é uma coisa de dupla interpretação. Mas o melhor foi esse projeto meu que mudou a Constituição e tirou o monopólio do IRB.

A.L. - Esse na reforma de 1995?

A.C. - Sim, de agora.

A.L. - Então, o senhor, apoiado pelo Rubens dos Santos Dias, criou um pequeno escritório em Brasília.

A.C. - Foi a Fenaseg que criou.

A.L. - A Fenaseg criou e colocou uma senhora, que o senhor até mencionou...

A.C. - A dra. Heloísa Vilela, que está lá até hoje. Era ela que tocava.

A.L. - E também contratou o ex-deputado...

A.C. - O dr. Honório de Lacerda era também jornalista e conhecia todo o Congresso, de maneira que me acompanhava em todos os lugares, me apresentava aos deputados...

A.L. - E quais eram os deputados que, na Constituinte, se interessavam pela questão do seguro? Porque, pelo que as pessoas dizem, os deputados ignoravam o que fosse seguro.

A.C. - Ignoravam. Mas, para surpresa nossa, havia alguns deputados que...

A.L. - O Cunha Bueno é corretor.

A.C. - O Cunha Bueno já é um homem do seguro. Mas havia outros deputados que conheciam o seguro. Tinha um deputado do Rio de Janeiro, até já faleceu, esse era um sujeito fantástico! Eu tinha esse programa de seguro, ia discutir com ele e, quando queria explicar alguma coisa, era ele que me explicava. Dizia: “Funciona assim, funciona não sei como...” Era impressionante! Como se chamava? Não me lembro o nome. Era protestante, foi uma figura muito importante na Constituinte, inclusive na época do “Centrão”... Era o homem do “Centrão”. A esposa era assessora dele.

A.L. - Sei quem é, mas também não estou lembrando o nome. Era da bancada dos evangélicos e da bancada do “Centrão”. Esse entendia de seguros?

A.C. - Esse conhecia seguros, mas conhecia *bem*, mesmo. Era uma pessoa fantástica!

A.L. - E atuava na área de seguros? Era segurador ou corretor?

A.C. - Não, não. Ele conhecia, estudou seguro a fundo. Foi uma surpresa para nós.

A.L. - Então, ele era o seu interlocutor?

A.C. - Era.

A.L. - E ajudou na votação do artigo 192?

A.C. - Ajudou.

A.L. - Quem mais ajudou? O Cunha Bueno participou nessa época?

A.C. - O Cunha Bueno também. Ele tinha um escritório, e íamos lá discutir com ele.

A.L. - Mas o Cunha Bueno, na certa, tinha mais a perspectiva do corretor.

A.C. - Eu tenho uma memória muito boa, porque, depois que passa, eu apago tudo, então, fica meio difícil lembrar. Eu tinha um caderno com todos os deputados. Havia um senador do Pará, que depois foi candidato a governador e perdeu a eleição... João... Esse também trabalhou muito, nos ajudou. E outros deputados também ajudaram, deputados que se interessavam por seguro, o que é uma coisa difícil.

A.L. - Varias pessoas se queixam disso, da falta completa de conhecimento do seguro.

A.C. - Tinha um outro deputado do Rio de Janeiro que era corretor de seguros, mas a maioria não entendia *nada* daquilo.

A.L. - E com esses parlamentares que o senhor tinha diálogo, quais eram as principais questões que entravam na pauta de discussão? Uma era a quebra do monopólio de resseguro do IRB.

A.C. - O problema era o seguinte: eles faziam aqueles modelos de constituição...

A.L. - Os projetos, não é?

A.C. - Os projetos iniciais... Ainda não eram projetos, eram modelos de projeto.

A.L. - Começava primeiro nas comissões.

A.C. - Então, tínhamos que ver aquilo tudo, os artigos que falavam sobre seguro, que tocavam em seguro, discutir aqueles artigos... Fizemos um trabalho mais de defesa, ao invés de chegar lá com uma proposta.

[FINAL DA FITA 3-A]

A.L. - E entrou em discussão a questão de abrir ou não para o capital estrangeiro, ou nem passou?

A.C. - Tinha uma turma de seguradores que cuidava desse problema, independente do que estávamos fazendo.

A.L. - Dentro do Congresso!?

A.C. - Sim. Não havia uma centralização, como hoje, que a Fenaseg tem um escritório em Brasília, com pessoal lá dentro... Então, os problemas que são levantados lá, são

estudados aqui a fundo, para podermos chegar lá e discutir. Naquele tempo, não havia nada disso.

A.L. - Mobilizava-se um grupo de senadores para...

A.C. - Mesmo porque, antes disso, nós nunca havíamos precisado ir ao Congresso para discutir qualquer assunto. Então, foi uma coisa que se iniciou naquele momento, ali. Se a Constituição fosse hoje, seria estudada de outra forma, já teríamos uma equipe melhor, uma assessoria... Hoje, a Fenaseg tem diretor técnico, tem uma série de coisas para coordenar isso aqui dentro. Naquele tempo, não tinha. Mandávamos uma série de problemas para o Mendonça, aqui, o Mendonça ouvia um e outro, tal e tal, dava mais ou menos como ia ser, para discutirmos. Mas era difícil, muito difícil!

A.L. - Mas a questão do capital estrangeiro passou, ou nem se tocou nela?

A.C. - Bom, da nossa parte, não. Ficou muito limitado ali, porque, para nós, da maneira que foi naquela época, para aquela época, era lucro. Agora, a Constituição é um problema muito sério, porque, depois que entra lá, para sair e se modernizar, é preciso de dois terços do Congresso. Uma dificuldade tremenda!

A.L. - E o fato de o artigo 192 não ser a própria lei, mas remeter a uma lei que vai regular a questão, foi um sinal de que seria impossível criar uma decisão já naquele momento?

A.C. - Isso foi uma saída muito boa que houve, porque naquela época ninguém estava preparado para fazer uma lei de seguros que se ligasse a uma constituição.

A.L. - Ou lei de banco, porque ali estava tudo, Banco Central...

A.C. - Ou lei de banco. O negócio dos juros de 12%, por exemplo, está aí até hoje e é um problema. E foi votado. Deputado, tecnicamente... Eles não têm técnica nenhuma.

A.L. - Quer dizer, a conclusão que o senhor tira desse período é que o mercado não estava preparado para agir sobre a Constituinte, estava muito acostumado a agir com os ministros do Executivo?

A.C. - Para dizer com sinceridade, não era só o mercado de seguro, não; o país não estava na hora de fazer uma constituição, precisava amadurecer mais um pouquinho – a verdade era essa. Se a Constituição fosse feita hoje, acredito, seria muito melhor do que a que foi feita naquela época. O pessoal está muito mais maduro, já tem menos política na coisa, já se estuda o seguro com mais seriedade.

A.L. - E foi a partir daí que se criou o escritório da Fenaseg, em Brasília, e se passou a ter uma assessoria parlamentar e a atuar no Congresso?

A.C. - Quando todas essas coisas passaram pelo Congresso, a Fenaseg tinha que ter alguém lá para saber, porque o que entra de projeto... Às vezes, um artigo de seguro entra em uma lei de previdência que nem se olha... A previdência social, por exemplo; está se estatizando uma carteira de seguro dentro da lei, num parágrafo tal, o seguro tal tal passa para a área de previdência, não sei o quê... É preciso tomar um cuidado tremendo com isso! Não é lei específica para seguro! O seguro já tem outras leis que não têm nada a ver com seguro. Então, esse é o trabalho, de ficar lá olhando o que vem

e como vai. O Brasil tem uma grande coisa, que é a legislação de seguros só poder ser feita em âmbito federal. Você já pensou se estado e município legislassem o seguro? Ninguém ia poder operar no Brasil. Nos Estados Unidos, cada estado tem a sua lei de seguro.

A.L. - E órgãos fiscais também.

A.C. - Mas eles têm um amadurecimento muito grande, podem fazer isso. Aqui seria casuísmo; se um sujeito num município tivesse um problema qualquer com o seguro, mudaria a lei de seguro naquele município.

A.L. - O senhor ficou nesse trabalho até o final da Constituinte, ou ajudou a estruturar o escritório da Fenaseg depois de acabada a Constituição?

A.C. - Fui até o período do João Elísio. Quando o João Elísio entrou, fui procurá-lo... Nessa época, eu tinha também o Mercosul e o Congresso. Passei os dois períodos.

A.L. - Poderia falar um pouco do Mercosul, que é contemporâneo das discussões da Constituinte? O governo Sarney iniciou o tratado...

A.C. - Foi depois.

A.L. - Mas o tratado de Assunção, com a Argentina e o Paraguai, é contemporâneo, não?

A.C. - O Mercosul... Começou o seguinte: eles quiseram fazer o Mercoseguros.

A.L. - Eles quem? O governo ou o mercado segurador?

A.C. - O mercado brasileiro, o Paraguai, o Uruguai e a Argentina quiseram fazer o Mercoseguros, para estudar como iam ser as relações entre os seguradores desses países, como iam operar, como iam fazer. Na primeira assembléia, feita em Assunção – dessa eu não tomei parte –, o Brasil entrou por acaso; não havia delegação brasileira, e os seguradores que estavam lá assumiram a coisa mais ou menos à maneira deles. A segunda assembléia, já importante, foi em Punta del Este. Dessa eu participei.

A.L. - Indicado pela Fenaseg?

A.C. - É, fui na delegação brasileira, já uma grande delegação, com grandes seguradoras. Em Punta del Este, Paraguai e Uruguai estavam disputando para ser a sede do Mercoseguros, porque não queriam que houvesse disputa entre Brasil e Argentina, então, ficaria no Paraguai ou no Uruguai. Era para ser votado [?], e eu achei que não tinha que ter sede em lugar nenhum. O que se devia fazer era uma assembléia de dois em dois anos; o Uruguai, onde foi feita a assembléia, ficaria como sede e, depois, passaria para outro lugar, por ordem alfabética. Seria um rodízio, começando com a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Isso está sendo feito até hoje.

Em princípio, foi muito difícil, pois existem muitas assimetrias entre as legislações desses países, então, para fazer alguma coisa, é preciso corrigir uma série de problemas de legislação. No Uruguai, inclusive, o seguro é todo estatizado; seguro e resseguro. O Banco Nacional de Seguros do Uruguai fazia todo o mercado segurador, a não ser as companhias anteriores a 1911, quando estatizaram as existentes, que continuaram, mas

só podiam operar limitadíssimas, dentro de determinadas coisas. Então, o mercado de seguros do Uruguai praticamente não existia; era Brasil, Argentina e Paraguai. Justamente na época em que eu estava começando a levantar essas assimetrias, o João Elísio veio para cá, eu entreguei a ele, e o Junqueira assumiu. E não tive mais contato.

A.L. - Quer dizer, nesse momento em que o senhor participou do Mercosul, na verdade, tratava-se de levantar quais eram as assimetrias, o que havia de diferente, para pensar, depois, em fazer algo em comum.

A.C. - Levantar as assimetrias, para poder ver o que era preciso corrigir na legislação. A grande assimetria do Brasil era o monopólio do IRB. Era a assimetria principal.

A.L. - Mas a Argentina tinha, e o Menen desregulou, não é?

A.C. - Não. A Argentina teve o Inder, mas o Inder já havia quebrado nessa ocasião. Não houve privatização, não houve desmonopolização, não houve nada. Ele quebrou o governo, porque quando houve aquela hiperinflação na Argentina, o Inder não agüentou, inclusive deu um prejuízo grande ao mercado argentino. Então, nessa época, a Argentina já estava liberada.

A.L. - E na medida em que o Inder quebrou, as resseguradoras passaram a entrar no país e a fazer resseguros, ou as seguradoras se tornaram resseguradoras?

A.C. - Não, não. Entraram resseguradoras de fora. Não sei se hoje já existem resseguradoras da Argentina, mesmo, mas na época em que o Inder quebrou os resseguradores estrangeiros foram para lá.

Agora, o Uruguai tinha um projeto... Eu até fui ao Congresso do Uruguai, estive lá com um deputado meu amigo, que me apresentou ao deputado que estava defendendo a quebra do monopólio do seguro e do resseguro, do Banco Nacional de Seguros. O projeto estava em discussão e... era igual ao Brasil: tem discussão, demora um tempão, vai para aqui, vai para lá, até que um dia sai. Já saiu. Então, o Uruguai já resolveu uma parte do problema, e o Brasil está esperando. Quer dizer, já tiraram da Constituição o monopólio do IRB...?

A.L. - Pelo que os jornais falam hoje sobre a regulamentação do artigo 192, há uma comissão na Câmara dos Deputados que quer trabalhar com o artigo 192 em conjunto: bancos, seguro, Banco Central...

A.C. - Já passou o projeto do Saulo de Queirós. Um projeto fantástico!

A.L. - E o mercado está gostando desse projeto?

A.C. - É claro que tem muita coisa a ser discutida, mas foi um trabalho fantástico que eles fizeram! Conseguiram coordenar toda a parte bancária, a parte escrita, e fizeram um projeto único do Saulo de Queirós.

A.L. - Ele é o relator da comissão da Câmara. Mas tem um projeto também no Senado, do José Fogaça como relator, que queria separar o seguro dos demais setores. Esse já perdeu?

A.C. - Esse projeto de separar o seguro foi porque nós mesmos achávamos que o problema de banco era muito grande, tinha os 12% de juros, e, se ficássemos dependendo disso para ter uma lei de seguros no Brasil...

A.L. - O Banco Central seria outra reforma....

A.C. - Estava atrasando tudo, inclusive o Mercoseguros.

A.L. - Mas esse projeto já foi deixado de lado?

A.C. - Não sei. O relator Saulo de Queirós, da comissão da Câmara que cuida do artigo 192, apresentou um trabalho...

A.L. - Certo, são dois projetos: um na Câmara e um no Senado.

A.C. - Esse trabalho do Saulo de Queirós vai ser discutido na comissão, vai chegar a um ponto em que a comissão dará o seu parecer, o que é e o que não é, depois vai falar se o projeto é bom, se ela vai aprovar o projeto, ou se não vai. Se falar que vai, não entra mais modificação alguma, já vai inteirinho para o plenário, para discussão. O projeto do José Fogaça, tendo em vista esse, que está mais completo, já tem tudo dentro, eu acredito que fique prejudicado. O do Fogaça teve o seu tempo, teve a sua época.

A.L. - É isso o que eu digo: acho que passou a hora dele, e agora é a do Saulo de Queirós.

A.C. - Passou a hora. E agora eles conseguiram regulamentar também a parte bancária. Então, eu acho que, se sair a lei completa, é muito melhor.

A.L. - O senhor acha que sai esse ano ainda?

A.C. - Acho que vai ser rápido, relativamente rápido. O projeto está pronto, e a comissão deve soltar, mandar para o plenário. Agora vai ter recesso, depois do recesso, entra. Acredito que, no segundo semestre, deve ser votado, pelo menos na Câmara. Depois vai ser votado no Senado e, depois, vai para o presidente da República. Vou dizer o seguinte: quando me perguntavam pelo 192, eu dizia: "Olha, eu não vejo quanto tempo vai gastar." Mas agora acredito que até o fim do ano já teremos...

A.L. - O senhor sente que já se caminhou bastante, mesmo sendo um projeto "ônibus", que coloca banco, seguro, Banco Central, juros, tudo junto?

A.C. - Ele acaba com o Conselho Nacional de Seguros e com o Conselho Monetário Nacional e faz um conselho...

A.L. - Um conselho financeiro. E cria duas superintendências, que o senhor já mencionou: a Suprev e a Susep.

A.C. - Na área de seguros, deixa a Susep, que já existe, tirando dela a previdência privada, e cria a Suprev.

A.L. - Os montepios, previdência privada e fundos de pensão fechados vão para a Suprev.

A.C. - Tudo para a Suprev.

A.L. - Quer dizer, retira os fundos de pensão fechados da previdência e traz para a Suprev, que, por sua vez, está ligada ao Ministério da Fazenda. Então, retira da área da Previdência essa questão da previdência fechada?

A.C. - A Suprev continua dentro do Sistema Financeiro Nacional.

A.L. - Que é regido pelo Ministério da Fazenda.

A.C. - Pelo Ministério da Fazenda.

A.L. - Depois que o senhor se envolveu com o Mercosul e com a Constituinte, que foram dois momentos importantíssimos da história recente do Brasil, há alguma outra atividade que o senhor tenha feito de lá para cá? No período Collor, por exemplo, o senhor já estava afastado do Mercosul, não é?

A.C. - Eu estava na Fenaseg, mas... não me lembro de nada em que estivesse à frente. A Fenaseg entrou em obras e, como eu já estava mais velho, fui me afastando um pouco. Quer dizer, continuo na Fenaseg, mas não estou encabeçando mais nada.

A.L. - Mas o senhor está sentindo que a Fenaseg se fortaleceu? O senhor disse que dispõe de uma assessoria muito melhor, está informatizada...

A.C. - Hoje, a Fenaseg é profissional, é informatizada, tem assessoria, tem um pessoal aqui dentro. Antigamente, qualquer trabalho que se tivesse de fazer, era preciso pedir às companhias, a um fulano, mas ele tinha que trabalhar para a sua companhia, então, fazia nas horas de folga. Era uma coisa amadorística, não era um trabalho como hoje. Hoje, a Fenaseg mudou completamente.

A.L. - Tem uma assessoria jurídica, tem presença em Brasília, não é?

A.C. - Muito mais presença. E hoje procura, inclusive, saber a opinião do mercado. A nossa agonia era quando nos perguntavam: “O que o mercado segurador acha disso?” Não se sabia, porque não se havia perguntado ao mercado segurador... Eu dizia: “Eu acho isso, mas...”

A.L. - O mercado segurador não estava acostumado a decidir, era o governo quem decidia por ele.

A.C. - Essa foi uma parte importantíssima, do amadurecimento. Acho que se hoje [ininteligível], é porque já demos esses passos para a frente. Agora vamos dar muito mais; com a entrada dos estrangeiros, isso tudo, vamos ter que andar muito mais depressa.

A.L. - O senhor não vê ameaça na entrada dos estrangeiros em um mercado que foi tutelado e se estabeleceu comodamente como mercado nacional, com as seguradoras ocupando um pedacinho do espaço...?

A.C. - O que vai acontecer é o seguinte: a grande parte das seguradoras nacionais vai se associar a seguradoras estrangeiras. Com que finalidade? Se fortalecer, poder enfrentar a concorrência, que vai ser muito grande. Naturalmente, vai querer que essa seguradora

estrangeira, ao entrar como sócia, traga tecnologia, traga experiência no mercado, para fortalecer a seguradora nacional.

A.L. - Como algumas que estão se associando à previdência privada, outras, com acidentes do trabalho. Quer dizer, traz a *expertise* daquela seguradora para acrescentar na seguradora nacional. Uma característica do mercado, hoje, é esse processo de fusões de nacionais com estrangeiras, para maximizar a operação das nacionais.

A.C. - Fusões e [associações]. Porque a fusão é quando elas vêm aqui e compram uma companhia nacional.

A.L. - Como a Paulista.

A.C. - Como a Paulista, por exemplo. Mas existem também investimentos, como a Sul América fez também agora...

A.L. - A Bradesco, a Icatu-Hartford...

A.C. - A Bradesco, a Icatu também e outras companhias estão fazendo. Então, vai haver dois tipos: a companhia estrangeira que comprou uma nacional e a companhia estrangeira que se associou a uma companhia nacional. São os dois que vão ficar. Eu acredito que o mercado vai ser amadurecido à força. Não tem mais como não ficar maduro. Agora, ele está trabalhando em termos mundiais.

A.L. - E a Minas-Brasil, como se coloca nessa perspectiva? Ela é uma regional, domina o mercado mineiro...?

A.C. - Não é regional, ela atua no Brasil inteiro.

A.L. - Já se expandiu para o Brasil inteiro, mas a força dela vem de Minas.

A.C. - Tem uma grande força lá também.

A.L. - Como ela se coloca nesse panorama de internacionalização do mercado?

A.C. - Por enquanto, estamos estudando como vamos fazer, mas acho que vamos acabar nos associando também.

A.L. - A área de acidentes do trabalho foi uma área tradicional na Minas-Brasil e acabou em 1967. Pretende-se voltar a acidentes do trabalho quando houver a desregulamentação?

A.C. - Dependendo do que for regulamentado. Porque o acidente do trabalho é uma carteira muito importante, mas é uma carteira que é um seguro obrigatório. No seguro obrigatório, fica-se muito subordinado ao que o governo impõe à companhia: "Você vai trabalhar assim, vai cobrar o preço tal, vai pagar tanto, vai fazer não sei o quê..." E isso aí vai ficar regulando, como era o mercado anteriormente. Então, vai depender muito do que vier por aí, de que lei vai regular o acidente do trabalho, se vai ser um negócio entrar nele novamente, ou se não vai ser.

A.L. - E na Minas-Brasil já há uma geração nova?

A.C. - Velho, lá, só eu.

A.L. - Com uma perspectiva nova...

A.C. - A Minas-Brasil sofreu uma reestruturação muito grande em matéria de trabalho. Fez um trabalho de reengenharia.

A.L. - Nos anos 80 ou agora, nessa década?

A.C. - Agora. Tem uma equipe nova formada lá dentro – isso é muito importante –, de pessoal que começou na casa, cresceu lá, e que hoje está à frente da companhia, nas operações diárias.

A.L. - Quer dizer, o senhor acha que a companhia também está se preparando para esse desafio?

A.C. - A companhia tem que ser moderna. A gente, que é mais velho, só leva um pouco de experiência e mais nada.

A.L. - Não é “só”, leva a parte mais importante, porque o senhor tem a perspectiva do passado e a do presente.

A.C. - [trecho ininteligível]

A.L. - A sua família continua na Minas-Brasil?

A.C. - Continua.

A.L. - Mas a Minas-Brasil continua sendo uma empresa familiar, ou mudou o caráter?

A.C. - Ainda é uma empresa familiar.

A.L. - Mas enfrentando, se modernizando.

A.C. - É uma empresa familiar, mas não é aquele negócio que um filho é obrigado a suceder... Às vezes, o filho não tem a capacidade... [ininteligível]

A.L. - Estamos chegando ao final da entrevista. Há alguma coisa que o senhor queira acrescentar?

A.C. - Não. Só peço que me mandem [o texto] para eu fazer uma revisão.

A.L. - Está certo. Nós agradecemos esse terceiro depoimento.

[FINAL DO DEPOIMENTO]